

COPA

**QUAL O LEGADO?
PARA QUEM?**

*Os 50 anos do
Golpe na mídia*

*Eleições: a Saúde
apresenta sua agenda*

Voz às vítimas anônimas da ditadura militar

Sistema da Comissão da Verdade da Reforma Sanitária recebe relatos de trabalhadores da Saúde que sofreram com atos do governo militar

SAIBA MAIS

Plataforma de coleta de relatos
<http://adm.ceag.unb.br/mapacvrs>
 Site da Comissão da Verdade da Reforma Sanitária
<http://cvrs.icict.fiocruz.br>

Liseane Morosini

Em língua banto, tronco linguístico que deu origem a diversos idiomas africanos, a palavra *ushahidi* quer dizer testemunho. E é por meio de um sistema de código aberto que tem esse nome que a Comissão da Verdade da Reforma Sanitária (CVRS) dá mais um passo em direção ao seu propósito de localizar trabalhadores da Saúde que foram vítimas dos atos da ditadura militar. O sistema está no ar, e a expectativa é que receba relatos de todo o Brasil, de pessoas que sofreram impactos ou foram testemunhas de violações de direitos humanos cometidas por atos do governo militar, entre 1964 e 1985.

“Essa é uma plataforma *crowdsourcing* e sua fonte é a multidão”, diz Marcel Pedroso, pesquisador do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica da Fiocruz (Icict/Fiocruz), referindo-se ao modo como as informações são capturadas, online, tendo como fonte os próprios cidadãos. Segundo ele, a proposta vai dar voz e identificar aqueles que até hoje mantêm-se anônimos. “Além dos grandes nomes, das personalidades, sabemos que muitos sofreram ou presenciaram violações de direitos humanos e não se manifestaram. Quanto mais divulgarmos a existência desse ambiente, mais relatos vão aparecer”.

CADASTRO

O sistema recebe os relatos e faz o encaminhamento para a CVRS, explica Marcel. Depois, esses relatos seguem para as comissões estaduais, responsáveis

por qualificá-los: estas devem contatar pessoalmente o relator e colher depoimentos e documentos da vítima ou de seus familiares. A ideia é que, posteriormente, os relatos sejam automaticamente dirigidos para as comissões locais, de forma a agilizar o processo.

Para fazer um relato, é preciso acessar a plataforma e fazer um cadastro. As informações entram em formulário padrão com 15 itens, tais como, nome, data e tipo de violação — se homicídio, perseguição política, violação sexual, desaparecimento, entre outros. Apenas seis itens ficam disponíveis para consulta de internautas (tipo de violação, sexo, profissão da vítima, atual e no momento da violação, idade e ligação com organização à época). A seleção das perguntas feitas ao depoente e respectivas respostas, bem como do que vai aparecer para usuários externos foi definida pela Comissão. A plataforma permite também inserção de notícias, fotos e vídeos e usa o Google Maps para referenciar geograficamente os relatos.

Cinco núcleos já foram constituídos, em Belém, Brasília, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro. Para dar conta da qualificação dos relatos, a Comissão busca apoio de grupos de pesquisa e acadêmicos. Assim, será possível ampliar os número de núcleos e abarcar todos os estados brasileiros. “Queremos também que esse ambiente seja um grande banco de dados de violações cometidas contra trabalhadores de saúde e que se torne objeto de pesquisas de mestrado e doutorado”, diz Marcel.

PLATAFORMA AMIGÁVEL

A plataforma é amigável e fácil de usar. Mesmo antes de entrar no ar, despertou o interesse de núcleos setoriais e temáticos da Comissão Nacional da Verdade, como o que vai levantar violações contra sindicalistas. “A ideia é que todos tenham acesso a essa tecnologia”, diz Marcel.

A Ushahidi foi adaptada para a CVRS pelo Icict com apoio tecnológico do Centro de Estudos Avançados de Governo e Administração Pública da Universidade de Brasília (Ceag/UnB), a partir de software desenvolvido de forma colaborativa, no Quênia, em 2007, durante a eleição presidencial, para coletar testemunhos sobre violação de direitos. Útil em situações de crise, facilitou o atendimento aos feridos no furacão que atingiu o Haiti, em 2010, serviu para a coleta de informações em conflitos na Líbia, em 2011, e ajudou no mapeamento das áreas com energia elétrica após o furacão Sandy, nos Estados Unidos, em 2012. Agora, vai ajudar brasileiros a mergulhar e conhecer parte importante do seu passado.

O sistema recebe relatos, referenciados no mapa e encaminhados às comissões estaduais para coleta de informações e documentos



REPRODUÇÃO

Copa com crítica

O mote “não vai ter Copa” deve ter tirado o sono de governos, empresariado e mídia que se envolveram com a organização da “Copa da Fifa”. Mas a Copa do Mundo, como desde sempre neste país (principalmente em caso de vitória), vai ser um sucesso. E é bom que seja, porque o futebol é arte, paixão e alegria do povo, três indicadores do estado de saúde que se quer para todos.

Por que, então, há tanta gente reclamando? Por crítica à elitização dos estádios e à disparada dos preços de tudo? Já seria um bom motivo. O assintoso domínio da Fifa, ditando regras dentro e fora dos estádios, constringe cidadãos e afronta a autonomia legislativa e de governança nacional. A entidade conseguiu patentear até a expressão “pagode” e o nome do país seguido do ano da Copa: “Brasil 2014”.

Por revolta diante de remoções forçadas e da indiferença aos direitos dos mais pobres? Imagine o mesmo com os ricos! Revolta diante da violência da polícia? Até as autoridades tiveram que se desculpar, várias vezes, por tamanha truculência.

Por oposição aos governos? Em alguns casos, sim, mas na maioria, não. Crítica aos governos e às construtoras em função de pertinência e prioridade no uso de dinheiro público, custo, prazo e qualidade das obras? Isso é cidadania. Não pode?

O direito à crítica e à manifestação tem que ser absolutamente normal na democracia pela qual tantos lutaram, hoje reverenciados, e contra a qual tantos tramaram, notadamente a maioria dos militares e da mídia, e parte do empresariado e até da população civil, como se

vê tardiamente nas reflexões sobre os 50 anos do golpe civil-militar.

Os governos já divulgaram os detalhes e vantagens de seus investimentos e obras. Mas o que dizem sobre esse legado os movimentos sociais, cujas faixas de protesto aparecem na mídia como cenário sem voz ou ofuscadas pelos confrontos com a polícia?

À reflexão da Saúde Coletiva interessa, principalmente, entender as críticas sobre o legado em favor da qualidade de vida da população. Para isso, ouvimos os Comitês Populares da Copa, organizados em diversos estados, sobre os impactos da Copa em temas relevantes para a implementação do direito à saúde, como transporte, habitação, acesso ao lazer, utilização dos recursos públicos e o exercício de direitos civis.

Nos últimos anos, Radis publicou reportagens sobre risco e mal-estar na sociedade contemporânea, modelo de desenvolvimento e sustentabilidade em que especialistas e movimentos sociais perguntavam-se: “desenvolvimento para quem”? Constatavam que a população estava “em segundo plano” no modelo de intervenções urbanas, por exemplo. A avaliação dos Comitês Populares da Copa indica que os recursos adicionais possibilitados pelo megaevento só acentuaram o modelo em curso.

Leia ainda nesta edição as notícias e reportagens sobre meio ambiente, parto normal, divulgação científica, os 50 anos do Golpe na mídia e o que defendem, em ano eleitoral, as principais entidades representativas do campo da Saúde Coletiva.

Rogério Lannes Rocha

Editor-chefe e coordenador do Programa Radis

CARTUM



Expressões e Experiências

- Voz às vítimas anônimas da ditadura militar 2

Editorial

- Copa com crítica 3

Cartum

- 3

Voz do leitor

- 4

Súmula

- 5

Radis Adverte

- 8

Toques da Redação

- 9

Capa

- Copa pra quem? 10
- Rio: cidade olímpica partida 15
- A pátria em cartazes 17
- Compromisso pelos direitos humanos 18

50 anos do golpe

- Cobertura intensa e factual 19
- Tempo de exumação 22
- Olhares de ontem e de hoje 24

Nascer no Brasil

- Em defesa do parto normal 25

13ª Conferência Internacional da Comunicação Pública da Ciência

- Ciência para inclusão social 26
- Ciência em línguas indígenas 29
- Entrevista | Elizabeth Rasekoala 30

Eleições

- Uma agenda para a Saúde 31
- Por um SUS para todos os brasileiros! 33

Serviço

- 34

Pós-Tudo

- Carta de Porto Seguro 35

Foto da capa Comitê Popular da Copa

RADIS . Jornalismo premiado pela Opas e pela Asfoc-SN



Doação de sangue

Olá, pessoal da *Radis*! Em primeiro lugar, quero agradecer por todas as edições que me foram enviadas. Têm sido muito úteis em meus aprendizados. Estou começando a fazer meu TCC e abordarei a doação de sangue. Gostaria muito que pudessem me ajudar, com seus ótimos artigos. Obrigada!!!! Vocês são demais.

• Gessyvane Rubim, Teresina, PI

R: *Cara Gessyvane, sugerimos que faça uma busca no site do Programa Radis (www.ensp.fiocruz.br/radis) e não deixe de incluir também a Coletânea 20 Anos, no canto inferior direito, para acessar as publicações anteriores à revista Radis e que muito têm a contar a respeito do fim do comércio de sangue, uma das lutas da Reforma Sanitária Brasileira. Um abraço!*

Conselhos de Saúde

Olá! Na revista nº 81, de julho de 2001, a matéria falava que os conselhos de Saúde ainda não estavam implantados em todo o país. Poderiam me informar se já existem?

• Katia Maria Silva e Silva, Rio Branco, AC

R: *Cara Katia, sim, os estados e municípios contam hoje com seus conselhos de Saúde. Vale informar que a Radis chega a todos eles. Um abraço!*

Mais Médicos

Ao invés de criar a Carreira de Estado para os médicos do SUS, o governo, com objetivos claramente eleitoreiros, implantou o programa Mais Médicos, sem revalidação de seus diplomas, remunerando os profissionais, de forma espúria, como *bolsistas*, para evitar os encargos trabalhistas e submetendo os médicos (ou técnicos em saúde?) cubanos ao trabalho escravo e ilegal, conforme comprovado pelo Ministério do Trabalho. Paga aos *bolsistas*, cerca de R\$ 10 mil e mais alguns benefícios, ao passo que os médicos

concursados e efetivos, com vários anos de carreira, recebem R\$ 2.500,00. Isso é ilegal e injusto. É gritante a desproporcionalidade salarial entre esses profissionais e uma solução precisa ser encontrada.

• Pedro V. Carrancho, médico, Vitória, ES

Assinatura

Sou da área de Ciências Humanas e *Sjurássico* por escrever em papel e caneta! Chegou-me às mãos o exemplar nº 127, abril de 2013, com a chamada de capa *A gente quer inteiro e não pela metade*, editado pela Fiocruz. O exemplar estava nos corredores da Faculdade de Saúde Pública da USP [Universidade de São Paulo], e foi o primeiro que conheci. A solicitação que faço é de uma assinatura da revista. Sou educador, tenho uma licenciatura e um bacharelado pela Unesp – Araraquara, São Paulo, de 1992, em Ciências Sociais, e desenvolvo atividades educativas, projetos de prevenção e orientação, em escolas públicas. Desde já, cordiais cumprimentos.

• Vaudiomar Tite Zorzi, educador, Américo Brasiliense, SP

R: *Caro Vaudiomar, agradecemos pelo interesse e informamos que sua solicitação já foi encaminhada. Um abraço!*

Para um novo assinante

Gostaria de agradecer o envio do informativo *Radis*, que me auxiliou e auxilia muito na atualização de informações, muito interessantes por sinal. Mas devido à mudança de área de atuação, gostaria de dar oportunidade às pessoas que atuam na área da Saúde de receber e conhecer este grande e útil informativo. Sei que assim estarei ajudando para um melhor aproveitamento e divulgação das informações. Agradeço imensamente a oportunidade de conhecer e comprovar esse grande esforço em busca de um mundo melhor.

• Sílvia Tanaka, Águas de Santa Bárbara, SP

Radis também agradece

Parabéns pelo seu trabalho incansável, competente e sério. A revista informa e traz debates sobre questões de saúde muito importantes, mas não costumam aparecer na imprensa comercial. Vida longa à revista, desejando que seja lida por cada vez mais profissionais de saúde, cidadãs e cidadãos do Brasil. Abraço.

• Aracy P. S. Balbani, otorrinolaringologista, Tatuí, SP

Parabenizo a equipe *Radis* pelo acervo de informações de grande relevância no âmbito da Saúde Pública. Sou professor da Universidade Federal de Campina Grande, na área de Saúde Coletiva, e a *Radis* vem contribuindo bastante para as nossas aulas. Gostaria de mudar meu endereço.

• Arleusson Ricarte de Oliveira, professor, Campina Grande, PB

R: *Caro Arleusson, a troca de endereço foi feita. Agradecemos sua mensagem!*

HPV

Gostaria de saber se a revista *Radis* publicou alguma matéria sobre o HPV (papiloma vírus humano), doença que causa lesões genitais. Se não, seria bom providenciar.

• Aurélio Pereira Lima, Guararapes, SP

R: *Caro Aurélio, a Radis já publicou diversas matérias sobre o HPV. Deveremos voltar ao tema em breve. Por ora, sugerimos que faça uma busca no site www.ensp.fiocruz.br/radis. Um abraço!*

NORMAS PARA CORRESPONDÊNCIA

A *Radis* solicita que a correspondência dos leitores para publicação (carta, e-mail ou facebook) contenha nome, endereço e telefone. Por questão de espaço, o texto pode ser resumido.

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação impressa e online da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo **Programa Radis de Comunicação e Saúde**, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp).

Presidente da Fiocruz **Paulo Gadelha**
Diretor da Ensp **Hermano Castro**

Editor-chefe e coordenador do *Radis*
Rogério Lannes Rocha
Subcoordenadora **Justa Helena Franco**

Edição **Eliane Bardanachvili**
Reportagem **Adriano De Lavor** (subedição),
Bruno Dominguez (subedição interina), **Elisa Batalha**, **Liseane Morosini** e **Ana Cláudia Peres**
Arte **Carolina Niemeyer** (subedição) e **Felipe Plauska**

Documentação **Jorge Ricardo Pereira** e **Sandra Benigno**
Administração **Fábio Lucas**, **Natalia Calzavara** e **Oswaldo José Filho** (Informática)
Estágio supervisionado **Edison Gomes** (Administração)

Assinatura **grátis** (sujeita a ampliação de cadastro) Periodicidade **mensal** | Tiragem **82.600** exemplares | Impressão Minister

Fale conosco (para assinatura, sugestões e críticas) • Tel. (21) 3882-9118 | (21) 3882-9119
• E-mail radis@ensp.fiocruz.br
• Av. Brasil, 4.036, sala 510 — Mangueiras, Rio de Janeiro / RJ • CEP 21040-361



www.ensp.fiocruz.br/radis



[/RadisComunicacaoSaude](https://www.facebook.com/RadisComunicacaoSaude)

USO DA INFORMAÇÃO • O conteúdo da revista *Radis* pode ser livremente reproduzido, acompanhado dos créditos, em consonância com a política de acesso livre à informação da Ensp/Fiocruz. Solicitamos aos veículos que reproduzirem ou citarem nossas publicações que enviem exemplar, referências ou URL.

Ouvidoria Fiocruz • Telefax (21) 3885-1762
• www.fiocruz.br/ouvidoria



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz





Água mineral, bem ameaçado em São Lourenço

Moradores do município de São Lourenço (MG) estão se mobilizando contra a multinacional Nestlé, e, com a ajuda do Ministério Público, buscam tomar o Parque das Águas para proteger as fontes de água mineral da exploração da empresa. “A água mineral não é só um minério a ser explorado, é um bem sociocultural importante para a identidade dessa comunidade”, defende o promotor Bergson Cardoso Guimarães, que coordena 79 promotorias ambientais da região da Bacia do Rio Grande, à qual São Lourenço pertence, informou a agência de notícias Pública (30/4). Em área de 430 mil metros quadrados, o Parque das Águas abriga nove fontes de águas minerais com propriedades medicinais, que começaram a se formar há dezenas ou centenas de anos, aponta a reportagem.

“Água nenhuma mais tem sabor. A fonte Magnesiana chegou a secar, agora voltou, mas só cai uma tirinha”, lamentou a moradora Alzira Maria Fernandes, observando que a exploração das águas para engarrafamento está afetando a qualidade do líquido e a vazão nas fontes. A luta dos moradores, reunidos na associação Amar’Água, vem desde de 2001, quando se reuniu a maior parte dos documentos, em processo movido contra a Nestlé, pelo



Ministério Público Estadual. O movimento da época levou ao fechamento de um poço que fora aberto irregularmente, e cuja água passava por processo de desmineralização, que é proibido. Outras questões levantadas, no entanto, mantiveram-se sem resposta, como a falta de estudo que determine com precisão a capacidade de reposição dos aquíferos e a quantidade segura de extração de água sem prejudicar sua sustentabilidade.

A fiscalização do parque, hoje, é do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e da Superintendência Regional de Regularização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, responsável

pelo licenciamento ambiental. O prefeito de São Lourenço, José Sacido Barcia Neto (PSDB), é contrário ao tombamento do parque, que segundo ele “vai engessar melhorias no parque”. O prefeito propõe “uma boa política de relacionamento com a Nestlé e com os órgãos fiscalizadores”.

A Amar’Água entrou com pedido de tombamento do *recurso hídrico diferenciado* no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e quer transformar o espaço em um geoparque, solicitando sua inclusão na Rede Mundial de Geoparques (Global Geoparks Network) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Embora, para Bergson Guimarães, o tombamento do parque como um todo seja um passo mais simples, os moradores receiam que a iniciativa restrinja-se apenas à preservação de aspectos arquitetônicos e históricos, quando o que mais temem é a exaustão das fontes de água.

Pesquisa de mestrado de 2006, da Universidade de Brasília, mostrou que há forte relação da população de São Lourenço com o consumo de água mineral: 82% dos moradores tinham o costume de beber o líquido, a maioria, 85,44%, buscava a água nas fontes, em vez de comprar garrafas ou galões nos mercados.

Desastres naturais: quase metade das cidades sem meios de prevenção

Quase metade (48%) das 5.570 cidades brasileiras não tem meios de prevenção e enfrentamento de desastres naturais. A conclusão é da pesquisa *Perfil dos Municípios Brasileiros* (Munic 2013), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que apontou, também, que somente 14,8% de prefeituras contam com Lei de Ocupação do Solo sobre prevenção de inundações e 2,6%, com lei específica anti-enchente. A prevenção de deslizamentos está presente em 7,7% do plano diretor dos municípios, informou *O Estado de S. Paulo* (30/4).

De acordo com a pesquisa, ainda, 2.892 prefeituras (51,9%) contavam com pelo menos um entre 12 mecanismos de defesa apresentados. Em 33% havia pelo menos uma medida ou instrumento de gerenciamento de risco de desastres ligados a enchentes ou inundações graduais ou enxurradas; em 21,1%, pelo menos uma ação ou instrumento de gerenciamento de risco de desastres decorrentes de escorregamentos ou deslizamentos de encostas.

A análise dos dados dos municípios que sofreram desastres naturais no período pesquisado mostra que a maioria deles não tinha instrumentos para enfrentá-los.

Leis específicas para o zoneamento ou uso e ocupação do solo para prevenção de inundações graduais existiam em apenas 23,3% dos 1.543 municípios atingidos por enchentes graduais. E somente 16,2% (145) dos 895 municípios atingidos por deslizamento tinham esse instrumento.

O Munic 2013 constatou também que 40,9% dos municípios brasileiros sofreram pelo menos um desastre natural nos últimos cinco anos: foram 2.276 cidades atingidas por inundações graduais, enxurradas bruscas e/ou deslizamentos de encostas, de 2008 a 2013. Só as enchentes graduais deixaram 1.4 milhão de pessoas desabrigadas ou desalojadas.

Em reportagem de capa, a *Radis* de dezembro de 2013 (nº 135) alertou para a importância de se mapearem riscos e de se enfatizarem o cuidado e a prevenção, a fim de minimizar as consequências dos desastres naturais. A atenção à saúde não pode ser aquela orientada às situações de normalidade, como ressaltou na reportagem o pesquisador Carlos Machado, coordenador do Centro de Estudos e Pesquisa em Emergências e Desastres em Saúde (Cepedes/Fiocruz). “Uma combinação de fatores — como pobreza,

deterioração ambiental e políticas de desenvolvimento — vem contribuindo para aumentar a vulnerabilidade a tais eventos, com número crescente de pessoas em situação de risco”, observou. A reportagem indica diversos links voltados a preparação e resposta a desastres e pode ser acessada em www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/135.



FOTO: WILSON DIAS / ABR

Projeto de lei contra rotulagem de transgênicos volta à Câmara

O Projeto de Lei (PL) nº 4.148, de 2008, que prevê a não obrigatoriedade de rotulagem de alimentos com ingredientes transgênicos, independentemente da quantidade, voltou à pauta da Câmara (29/4), depois de muito entra e sai, informou o site do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec). De acordo com o Instituto, a volta deveu-se a uma “manobra parlamentar”, pela qual um outro PL sobre o tema (relacionado à separação de produtos transgênicos em prateleiras de estabelecimentos comerciais) entrou em pauta, trazendo a discussão sobre os rótulos para a ordem do dia. A mobilização de organizações e consumidores conseguiu que o texto não fosse votado novamente. O Idec disponibilizou em seu site uma ferramenta para que a sociedade civil envie mensagens aos deputados pedindo que rejeitem a votação do PL, de autoria do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).

“Caso o projeto de lei seja aprovado, corremos sério risco de saúde, pois

compraremos alimentos como óleos, bolachas, margarinas, enlatados e papinhas de bebê sem saber se são seguros ou não”, alerta o texto do Idec, informando, ainda, que cerca de 92,4% da soja e 81,4% do milho do país são de origem transgênica. O acesso à informação acerca do que está sendo adquirido, alerta o Idec, é um direito, como indica o artigo 6º do Código de Defesa do Consumidor (CDC).



Em agosto de 2012, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, em Brasília, acolheu o pedido da Ação Civil Pública proposta pelo Idec e pelo Ministério Público Federal, exigindo a rotulagem dos transgênicos independentemente do percentual, garantindo esse direito à informação e à livre escolha estabelecidos no CDC.

A Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) e a União recorreram ao Supremo Tribunal Federal e conseguiram liminar, do ministro Ricardo Lewandowski, para suspender os efeitos da decisão até o julgamento final do recurso, que até hoje não ocorreu. A Procuradoria Geral da República deu parecer considerando improcedentes os recursos da Abia e da União.

Para enviar mensagem aos deputados, pedindo a rejeição da votação, o link é www.idec.org.br/mobilize-se/campanhas/fim-da-rotulagem-dos-alimentos-transgenicos-diga-no.

Agrotóxico e intolerância ao glúten

A origem da doença celíaca — uma doença autoimune, cujos efeitos são precipitados pelo consumo de alimentos contendo glúten — pode estar relacionada ao glifosato, ingrediente ativo do herbicida *Roundup*, de fabricação da Monsanto, utilizado na agricultura e levado à população por meio dos resíduos presentes nos alimentos. Artigo publicado na revista *Interdisciplinary Toxicology*, intitulado *Glifosato, caminhos para doenças modernas II: doença celíaca e intolerância ao glúten*, apontou que a doença está associada a desequilíbrios em bactérias do intestino que podem ser completamente explicados pelos efeitos conhecidos do glifosato, informou (28/3) o boletim da associação Agricultura Familiar e Agroecologia (AS-PTA).

Os autores, Anthony Samsel e Stephanie Seneff, observaram que a intolerância ao glúten tem crescido de forma epidêmica nos Estados Unidos e vem aumentando em todo o mundo. Estima-se que atualmente cerca de 5% da população americana e da Europa sofram desse mal. E sugerem que o glifosato pode ser o principal fator causador dessa epidemia.

O glúten é uma proteína encontrada em cereais como trigo, cevada, centeio e aveia, e os portadores da doença celíaca devem suprimir da dieta todos os alimentos que contêm esses ingredientes. Os sintomas da doença incluem náusea, diarreia, erupções cutâneas, anemia macrocítica e depressão.

Entre as características da doença celíaca está a diminuição das enzimas citocromo P450, que atuam entre outras funções na ativação da vitamina D3 e na manutenção da produção dos ácidos biliares. Segundo o estudo, o glifosato é conhecido por inibir as enzimas citocromo P450. Da mesma forma, deficiências nos aminoácidos triptofano, tirosina, metionina e selenometionina também associadas à doença celíaca correspondem à conhecida capacidade do glifosato de esgotar essas substâncias.

Os pesquisadores ressaltam ainda que portadores da doença celíaca têm maior risco de desenvolver Linfoma Não Hodgkin, também associado à exposição ao glifosato. Problemas reprodutivos relacionados à doença celíaca, como infertilidade, abortos e o nascimento de bebês com malformações, podem ser explicados pela substância.

O artigo chama a atenção para o aumento do uso do glifosato na agricultura, desde 2001, em função da difusão das lavouras transgênicas *Roundup Ready*, tolerantes à aplicação do produto. O veneno é hoje o herbicida mais utilizado no mundo, sobretudo em função de sua suposta baixa toxicidade e do preço que se tornou baixo depois que sua patente expirou e marcas genéricas passaram a ser comercializadas. Os autores concluíram o texto com um apelo aos governos para que revejam suas políticas com relação à segurança dos resíduos de glifosato nos alimentos.

Herbicida 2,4-D: dossiê na Anvisa

O Grupo de Estudos em Agrobiodiversidade (GEA) protocolou na Anvisa dossiê sobre impactos à saúde causados pelos agrotóxicos à base da substância 2,4-Diclorofenoxyacético e pelas plantas tolerantes a esses herbicidas. O 2,4-D está em reavaliação na agência, que tem até este mês para apresentar conclusões sobre manter, restringir ou retirar o produto do mercado, informou o *Boletim Transgênicos* da organização AS-PTA. Em dezembro, o Ministério Público realizou audiência pública para avaliar os riscos da liberação de sementes transgênicas de soja e milho resistentes ao produto. Essas variedades estão sob análise da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) — que até hoje não rejeitou pedidos de liberação comercial de organismos geneticamente modificados.

Os herbicidas à base de 2,4-D foram ingredientes do Agente Laranja, usado na Guerra do Vietnã, e são neurotóxicos, carcinogênicos e desreguladores endócrinos. O produto foi proibido em 1997 na Dinamarca, Suécia e Noruega e mais recentemente em províncias da África do Sul e municípios catarinenses e do Rio Grande do Sul.

O documento é endossado por 49 instituições, entre elas Instituto Nacional do Câncer, Abrasco, Cebes e Conselho Federal de Nutricionistas. Para acessar: http://aspta.org.br/wp-content/uploads/2014/04/Dossie_GEA-ANVISAMar2014.pdf.

Sódio em alimentos: metas brandas para indústria

Pesquisa do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) revelou que a redução voluntária de sódio em alimentos industrializados, pactuada por empresas e Governo Federal em 2011, corre o risco de não atingir os objetivos propostos. Mesmo após 2017, quando termina a segunda fase do acordo, alguns alimentos poderão manter mais do que o dobro da quantidade recomendada de sódio (dois gramas, de acordo com a Organização Mundial da Saúde), informou *O Globo* (16/4).

Hambúrgueres, empanados, embutidos e sopas prontas, alguns dos nove itens analisados na etapa mais recente do acordo, deverão continuar com teores muito altos, constatou a análise do Idec, que avaliou rótulos de 95 produtos. Na etapa anterior, foram analisados produtos como macarrão instantâneo, pães e biscoitos. A pesquisa evidencia que grande parte dos alimentos já apresenta quantidade de sódio dentro do valor estipulado pelas metas ou está muito próxima de atingi-las. No entanto, como as metas são brandas, não exigem grande esforço dos fabricantes e, mesmo cumprindo o acordo, continua-se a expor o consumidor a ingestão de sódio superior à recomendada.

O teor de sódio fixado para a fase que termina em 2015 já foi atingido em 57,9% dos produtos; e 49,5% estão de acordo com a quantidade a ser atingida até 2017. Para Ana Paula Bortoletto, nutricionista do

Idec responsável pela pesquisa, as regras para o cálculo precisam ser revistas.

Segundo o Ministério da Saúde, 16 categorias de produtos estão envolvidas no compromisso de redução do teor de sódio, o que corresponde a 90% dos alimentos industrializados. Grande parte dos produtos, no entanto, vai poder manter sua composição nutricional como está, ressaltou reportagem do site da EBC (24/4). A salsicha é um exemplo: 100% das marcas analisadas já contêm teor de sódio igual ou menor que o previsto no acordo, para 2015 e para 2017. No caso do requeijão, os fabricantes terão de diminuir apenas 1,8% de sódio para cumprir o fixado para até 2017. “Estudos apontam que, se retirado pouco mais de 20% do sódio de um alimento, o impacto no paladar do consumidor é mínimo, a ponto de ele nem perceber que está menos salgado. Ou seja, a diminuição poderia ser maior”, considerou Ana Paula.

Segundo dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2008-2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a ingestão de sódio pelos brasileiros é de 5 gramas por dia, mais que o dobro do que a OMS recomenda. A quantidade mensurada de sódio não é equivalente à de sal — o sal é encontrado naturalmente nos alimentos, enquanto o sódio é adicionado pela indústria. A meta diária de sal é de 5 gramas (uma colher rasa de chá), equivalendo a 2 gramas de sódio.

Remoção desnecessária no Rio de Janeiro



FOTO: CAVALLITICOMMUNITIES

Em mais um episódio de expulsão de populações urbanas de seus territórios (ver matéria na pág. 10), foi extinta, sem necessidade, a comunidade de Vila Recreio II, localizada no Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro, informou o jornal *O Dia* (14/4). A construção do corredor de ônibus (BRT) Transoeste teria sido o motivo para a remoção de 194 famílias da área, há quase três anos. A via expressa, no entanto, foi construída, mas o terreno manteve-se vazio.

“Derrubaram a casa com tudo dentro: fogão, geladeira, cama... Não entendo por que tiraram a gente de lá, se o destino do terreno é ficar cheio de mato”, disse ao jornal o jardineiro Jorge dos Santos, 53 anos, que vivia com a família há 16 anos no local. Ele estava entre as 140 pessoas que preferiram indenização da prefeitura, para deixar o local — outras 54 famílias optaram por ir para condomínios do programa Minha Casa, Minha Vida, em Campo Grande. Jorge recebeu cerca de R\$ 13 mil, mas se arrependeu porque, para ficar perto de onde morava e manter a rotina de trabalho, começou a pagar aluguel, de R\$ 420, e o dinheiro recebido acabou.

De acordo com *O Dia*, a prefeitura informou que a comunidade foi retirada para ceder espaço a um canteiro de obras para intervenções relacionadas ao BRT, e não para passar a pista. A Secretaria Municipal de Conservação teria informado que no espaço está localizada a sede da 18ª Gerência de Conservação, mas a reportagem foi ao local e só viu mato.

A 8ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania está investigando outras remoções desnecessárias feitas pela prefeitura, como a da comunidade Vila Harmonia, também no Recreio dos Bandeirantes, onde houve 119 reassentamentos. Foram abertos acessos para a avenida e principal e duplicada a pista lateral.

As remoções na cidade deixaram em alerta organismos como a Anistia Internacional que entregou ao prefeito Eduardo Paes a petição da campanha *Basta de Remoções Forçadas!*. No documento, é pedido que sejam adotadas medidas para evitar a saída de moradores das suas comunidades em decorrência de grandes obras.

Eternit condenada: indenização de R\$ 1 milhão

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou (7/5) a Eternit a indenizar em R\$ 1 milhão por danos morais a família de Yura Zoudine, ex-engenheiro de produção da fábrica de empresa, em Osasco (SP), informou *O Globo* (8/5). Ele morreu em 2005 por mesotelioma na pleura, câncer relacionado à exposição ao amianto. É a maior indenização por danos morais já determinada pelo TST em caso de contaminação por amianto. Segundo o advogado da família, Gustavo Ramos, cabe recurso ao Supremo Tribunal Federal (STF), mas as chances da Eternit, fabricante de telhas e caixas d'água de amianto, são pequenas. Ele explicou que o Supremo não aprecia valores de indenização. “Seria um recurso exclusivamente para adiar o pagamento”. A empresa também foi condenada a pagar R\$ 20 mil por danos materiais.

O engenheiro trabalhou de 1964 a 1967 na fábrica, na chefia do controle de qualidade. A sala dele ficava dentro da produção. A doença só apareceu em

2005. Foi diagnosticada em maio e ele morreu em dezembro. “O tempo de latência nessa exposição é muito grande”, disse o advogado.

O relator do parecer, ministro Augusto César de Carvalho, considerou que a doença de Yura Zoudine não ocorreu por risco pontual, e que houve morte de trabalhador “envolvido em atividade econômica dirigida à exploração de fibra mineral cuja inalação é, hoje, reconhecida letal”. Para o ministro, em vez de se estabelecer o princípio da precaução, da cautela, “converte-se o homem trabalhador em cobaia com morte precoce e anunciada”.

Ação direta de inconstitucionalidade que tramita no STF desde 2004 pede o banimento do amianto no país (*Radis 122*) e chegou a ir a julgamento em 2012. Como o relator do caso, ministro Ayres Britto, aposentou-se, o processo foi entregue a Rosa Weber que vai analisar a questão dez anos após a ação ter sido proposta.

Recém-nascido deve ir direto ao colo da mãe

Portaria do Ministério da Saúde publicada (8/5) no *Diário Oficial da União* determina que, se o bebê estiver em boas condições de saúde, deve ir direto para o colo da mãe ao nascer nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS), informou a *Folha de S. Paulo* (8/5). De acordo com a portaria, que segue as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), o bebê deve ser colocado de bruços sobre o abdômen ou tórax da mãe, de acordo com a vontade da parturiente, e receber uma cobertura seca e aquecida.

O texto faz parte da atualização das diretrizes do SUS voltadas ao atendimento mais humanizado para mãe e o recém-nascido. O procedimento deve ser seguido independentemente de o bebê nascer de parto normal ou cesariana. A portaria prevê, ainda, que o recém-nascido seja amamentado na primeira

hora de vida; que os exames de rotina – pesagem, exame físico e vacinação – ocorram somente depois da sua primeira hora de vida; e que o clampeamento do cordão umbilical seja feito apenas após o cordão parar de pulsar (o que leva de 1 a 3 minutos), exceto em casos de mães isoimunizadas ou soropositivas para HIV e HTLV, nos quais o procedimento deve se manter imediato.

A publicação diz também que o estabelecimento de saúde que mantiver profissional de enfermagem habilitado em reanimação neonatal na sala de parto deverá ter na equipe, durante 24 horas, ao menos um médico também capacitado. Não está detalhado como será feita a fiscalização para que as medidas entrem em vigor e se haverá punição aos profissionais de saúde que não seguirem as recomendações, informou a reportagem.

Anvisa estuda liberar canabis medicinal

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) estuda alterar até o fim deste mês o processo de importação de medicamentos que têm em sua composição o canabidiol, substância química encontrada na maconha e que, segundo estudos científicos, pode tratar doenças, entre elas, neurológicas. A informação foi divulgada (15/5) pelo diretor-adjunto da Anvisa, Luiz Roberto Klassmann, no 4º Simpósio Internacional da Cannabis Medicinal, em São Paulo, informou o portal G1 (15/5). A decisão terá que ser aprovada pela Diretoria Colegiada da agência. Qualquer brasileiro com prescrição médica, poderá entrar no país com o produto, ou recebê-lo por encomenda.

Esses medicamentos têm seu uso terapêutico proibido, a não ser quando há autorização especial para importação, concedida pelo diretor da agência, ou sentença jurídica.

Segundo Klassmann, a retirada do canabidiol da lista de substâncias de uso proscrito e sua reclassificação como substância sujeita a controle especial (com receita médica de duas vias), pode ocorrer porque já há evidências científicas suficientes da eficácia da droga e de sua segurança.

Nos Estados Unidos, 20 estados e a capital, Washington, têm legislação que autoriza o uso da maconha para fins medicinais. Elisaldo Carlini, especialista em maconha medicinal, considera a possível decisão da Anvisa um progresso, mas lembra que a barreira financeira será um problema. “Vai ficar caro [para as famílias], mas se o governo brasileiro tiver vontade e a população também quiser, cria-se uma política pública”, explicou.

O casal Katiele Fischer e Norberto Fischer, pais de Anny, de 6 anos, portadora da síndrome CDKL5, atestaram que o medicamento zerou as convulsões da menina em nove semanas. Eles obtiveram na Justiça autorização para importar o canabidiol e trouxeram uma bisnaga de dez gramas (suficiente para três meses de tratamento), por US\$ 500, mais cerca de US\$ 100 de taxa de importação e outros tributos. 

SÚMULA é produzida a partir do acompanhamento crítico do que é divulgado na mídia impressa e eletrônica.

Violência na infância, drogas na vida adulta

Vítimas de violência na infância ou na adolescência têm pelo menos duas vezes mais chances de se viciar em drogas ou álcool, concluiu o segundo *Levantamento Nacional de Álcool e Drogas* (Lenad) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O estudo revela que 21,7% da população brasileira relatam ter sofrido algum tipo de abuso quando criança, informou *O Globo* (8/5). Entre os usuários de álcool, o percentual sobe para 45,7%. No grupo dos que se declararam viciados em maconha o índice alcança 47,5%, chegando a 52% entre os viciados em cocaína. Foram ouvidas 4.067 pessoas, em 149 municípios brasileiros.

De acordo com a coordenadora do estudo, Clarice Sandi Madruga, a violência sexual aumenta em até quatro vezes as chances de se produzirem adultos dependentes. A pesquisa, conduzida pelo Instituto Nacional de Políticas Públicas de Álcool e Outras Drogas (Inpad) da Unifesp, indicou que 5,3% dos pesquisados disseram ter sofrido violência sexual. “O abuso sexual é o mais irreversível”, observou Clarice.

Os relatos apontaram que empurrões, arranhões ou beliscões foram as agressões mais comuns (12,4% dos depoimentos).

Batidas que deixam marcas apareceram em segundo, com 11,9%; ameaças com facas ou outras armas, em 1,7%; e queimaduras de alguma natureza, em 0,7%.

Para Clarice, o levantamento comprova a necessidade de investimentos para que profissionais de escolas, de unidades básicas de saúde (UBSs), do Programa de Saúde da Família (PSF) e dos prontos-socorros tenham condições de detectar situações de crianças vítimas de violência por parte de familiares. “É impressionante o quanto não se questiona nos hospitais. Não existe um protocolo (para averiguar) como uma criança quebrou o braço”, observou. “O Brasil é um país enorme, e em algumas áreas a gente pode imaginar que o professor acha mesmo que é normal escaldar a criança com água quente”, considerou.

Uma primeira edição do Lenad foi realizada em 2006, pela Unifesp, e, apesar de não ter sido feita comparação entre os dois estudos, Clarice diz que não há grande diferença entre os percentuais.

Para denunciar, o Disque-Direitos Humanos atende em todo o país pelo número 100 e pode informar os contatos das unidades locais do Conselho Tutelar, que recebe relatos e faz apurações.

Radis Adverte

O LUCRO DAS INDÚSTRIAS COM A MERCANTILIZAÇÃO DA ÁGUA E DOS ALIMENTOS NUNCA É MAIOR DO QUE O PREJUÍZO À SAÚDE DA POPULAÇÃO.



Plebiscito popular

Cerca de 100 entidades do país vão realizar, de 1 a 7 de setembro, um plebiscito popular a respeito do sistema político do país. Trata-se de uma consulta não oficial à população, mas que representa uma forma de pressionar o poder público para que preste atenção às demandas dos brasileiros. O objetivo do plebiscito é reivindicar uma constituinte exclusiva do sistema político, para que se promova uma reforma política no país. A população deverá responder à pergunta: “Você é a favor de uma constituinte exclusiva e soberana sobre o sistema político?”. O processo do plebiscito já começou, com a organização de comitês locais e debates públicos, como observou o advogado e professor de direito da Universidade de Brasília Gladstone Leonel, em entrevista ao jornal *Brasil de Fato* (24/3). “Com as manifestações de 2013 e com o povo pleiteando maior participação política, se observa também uma janela histórica pra que o tema entre na agenda política do país e para que, de fato, as forças progressistas consigam efetivar a demanda de reestruturar o sistema político”, considerou.

Manifesto pelos indígenas

A campanha Tamuaté-Aki, que reúne indivíduos e organizações em apoio aos povos indígenas do Brasil e na defesa de seus direitos, está colhendo assinaturas para um manifesto dirigido ao Congresso, onde está em análise a PEC 215, o PLP 227 e o PL 1610, que, se aprovados, enfraquecerão as garantias constitucionais de os índios ocuparem suas terras. A campanha entende que os mais de 305 povos indígenas brasileiros caracterizam patrimônio da diversidade sociocultural do Brasil e que a demarcação dos territórios indígenas é condição básica de sobrevivência para esses povos. “A maioria das Terras Indígenas no Brasil sofre invasões, impacto de obras e, frequentemente, os índios colhem

resultados perversos do que acontece mesmo fora de suas terras, nas regiões que as cercam: poluição de rios por agrotóxicos, desmatamentos etc.”, aponta o site da campanha. São quase 900 mil indígenas, falando mais de 270 línguas distintas, além de dezenas de grupos em situação de isolamento voluntário que evitam o contato com a sociedade brasileira”, indica o manifesto, que pede: “Sr. Parlamentar, como cidadão e eleitor, venho pedir, nesse momento pré-eleitoral, seu APOIO aos indígenas e sua OPOSIÇÃO a qualquer proposta que vise desconstruir os direitos indígenas consagrados na Constituição democrática de 1988”. Para ler e assinar o manifesto: www.umagotanooceano.org/tamuateaki



FOTO: XINGU VIVO

Saia proibida

Desrespeito à identidade e à cidadania pautou a atitude da direção da escola estadual Euclides da Cunha, em Rio das Pedras, Rio de Janeiro, de impedir a aluna da Educação de Jovens e Adultos Ana Cristina Silva Torres, 37 anos, de assistir às aulas usando saia, informou o jornal *O Globo* (17/4). A Secretaria de Educação alegou que o padrão de uniforme escolar na rede pública de ensino é de calça, camisa e tênis, e deve ser respeitado por todos os alunos. “Sou evangélica e a saia é a vestimenta que eu costumo utilizar no meu dia a dia. Não é nem que a religião me obrigue a só usar saia, mas é como eu me sinto bem”, disse Ana Cristina, que era analfabeta até seis anos atrás e começou a estudar para acompanhar o estudo das filhas.

Segundo ela, o diretor da escola “nem quis conversar” para ouvir seus argumentos e teria dito que cortaria seu nome da lista de matriculados. “Essa decisão me pegou de surpresa. É como se tivessem jogado um balde de água fria na gente”.

A Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ ofereceu amparo jurídico à estudante, que deverá obter seu direito à vestimenta. O episódio, no entanto, ilustra o quanto a liberdade religiosa é cotidianamente violada, embora garantida pela Constituição.

Munduruku sem resposta

Os indígenas Munduruku ficaram sem resposta ao pedido que fizeram (27/4) ao Governo Federal, Funai, Eletrobras e Ministério Público, para uma conversa em 1º de maio sobre os projetos que ameaçam seu território, às margens do rio Tapajós, no Pará. Há plano de se construir ali um complexo hidrelétrico. O território indígena ainda aguarda o ato final de demarcação.

“Queremos que a Justiça saiba que estamos tentando encaminhar o diálogo, mas que é o governo que nos ignora. Estamos deixando claro que é nosso direito definir a forma como queremos dialogar, já que somos nós os ameaçados”, afirmou uma liderança do Movimento Munduruku Iperêg Ayu, em reportagem do site Xingu Vivo (3/5). Segundo os indígenas, o governo tem afirmado encontrar dificuldades em dialogar com os Munduruku, o que justificaria encaminhamento unilateral dos processos de licenciamento do complexo hidrelétrico.

Nova carta foi encaminhada (2/5) pelos indígenas ao governo e também à opinião pública, na qual exigem, ainda, que se mantenha a decisão da Justiça do Mato Grosso, de suspensão da licença da hidrelétrica de São Manoel, no rio Teles Pires — estudos ambientais apontam impactos irreversíveis sobre indígenas em isolamento voluntário, ignorados pela Empresa de Pesquisa Energética e pelo Ibama. A íntegra está em www.xinguvivo.org.br.

Natal só da Fifa

A Fifa patenteou tanta coisa no país por conta da Copa que, na lista de expressões que não podem ser usadas sem sua autorização, tais como Copa 2014, Copa do Mundo, Brasil 2014 e os nomes de todas as cidades-sede seguidos do ano da Copa, acabou sobrando para o Papai Noel. Como a capital do Rio Grande do Norte é uma das sedes dos jogos, será que o bom velhinho vai ter que pagar uma taxa para aparecer no Natal 2014?

Cartão vermelho para Fifa

Os braços da Fifa no país alcançaram também a saúde e a educação: a federação instituiu, com apoio do Governo Federal, o programa 11 pela Saúde, voltado a alunos de escolas públicas. Entre os conteúdos que vão na contramão das políticas e demandas da sociedade brasileira, como atestaram especialistas ouvidos pelo site da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), está a indicação da abstinência sexual e da fidelidade como formas de prevenção ao HIV/aids. “Repete-se o mecanismo da colonização: recurso ao estereótipo, padronização de condutas servis, disseminação de valores desejados para a manutenção do sistema”, analisou o professor Carlos Eduardo Batistella. Leia a íntegra em www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Noticia&Num=853.



*Comitês Populares
apontam violação de
direitos e prejuízos
na qualidade
de vida das
cidades-sede
da competição*

Ana Cláudia Peres

Maracanã 2 X 0 Comunidade Metrô-Mangueira. Estádio Beira Rio 1 X 0 Comunidade Vila Dique. Fonte Nova 3 x 0 Loteamento São Francisco. O placar poderia continuar semelhante pelos outros nove estádios brasileiros — que agora se chamam arenas — contra a população das cidades que receberão jogos da Copa do Mundo da Fifa 2014. Quando soar o apito de Brasil e Croácia, às 17h do dia 12/6, no Itaquerão (SP), terá início um campeonato que começou seis anos antes, durante o anúncio do Brasil como país-sede do mundial. Na ocasião, o discurso de que a Copa traria investimentos que melhorariam a qualidade de vida repercutiu como um grito de gol. Mas os Comitês Populares da Copa, que vêm acompanhando os impactos do megaevento no país, alertam para um resultado diferente.

Some-se à Copa do Mundo outro megaevento com data marcada para acontecer no Brasil na área do esporte: em 2016, os Jogos Olímpicos serão realizados no Rio de Janeiro, o que tem causado grande impacto na vida da capital fluminense (ver matéria na pág. 15). “Para além do clima de tudo é festa, é preciso ver que a realização desses megaeventos aprofundam e aceleram o modelo excludente e



concentrador que encarna a potência econômica do Brasil”, considera Lorena Dias, integrante do Comitê Popular de Belo Horizonte.

Em sua cidade, R\$ 1 bilhão estão sendo destinados somente às reformas do estádio do Mineirão e do aeroporto de Confins — pagos com financiamento federal pelo Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e verbas do Programa Nacional de Crescimento (PAC2). A primeira crítica feita pelos Comitês Populares é que todos os 12 estádios estão sendo reformados ou construídos com verba pública, num orçamento total divulgado pelo próprio Governo Federal de R\$ 8 bilhões, mas passarão para a iniciativa privada logo depois do Mundial. “Em todo o país, os estádios eram estaduais, agora são arenas particulares que cobram preços abusivos, expulsam os trabalhadores tradicionais e elitizam a torcida excluindo os ingressos com preços populares”, acrescenta Lorena.

No Rio de Janeiro, por exemplo, as segundas reformas do Maracanã custaram aos cofres públicos R\$ 1,5 bilhão de reais. Mas, de acordo com cálculos do Comitê Popular do Rio, com a privatização, o governo só vai receber de volta R\$ 185 milhões. Ou seja, menos de 20% de todo o valor gasto. Em São Paulo, segundo o comitê popular local, a maior parte dos gastos públicos se deu na isenção fiscal

ao estádio do Itaquerão (R\$ 420 milhões), em obras viárias voltadas para o transporte individual (mais de R\$ 400 milhões) e na higienização da paisagem urbana, outra crítica severa e recorrente feita pelos Comitês. “Esses recursos não atendem os interesses da população e beneficiam apenas as grandes corporações da construção civil e o setor imobiliário”, critica a pesquisadora Juliana Machado, membro do Comitê Popular da Copa de São Paulo.

DOSSIÊ

De um lado do campo, o governo anuncia em seu Portal de Transparência que os investimentos nas cidades-sede da Copa totalizam R\$ 25,6 bilhões, que “a Copa não retirou verbas do orçamento de áreas como a saúde, educação, transportes e segurança pública” e que segue um plano de investimentos que previa, num primeiro ciclo, mobilidade urbana, aeroportos e financiamento para a modernização de estádios. E ainda, segurança, telecomunicações e turismo, em outros dois momentos, além do que chama de “políticas públicas potencializadas pela Copa”. Como justificativa, aponta que essa é uma oportunidade para incrementar a infraestrutura, antecipando obras e intervenções que seriam necessárias mesmo sem a realização do evento.



Protestos tiveram como alvo a Fifa e suas exigências, que ganharam prioridade sobre investimentos em serviços e equipamentos públicos

**“A realização desses megaeventos aprofundam e aceleram o modelo excludente e concentrador”
Lorena Dias, comitê de Belo Horizonte**

Jogando em outro time, a Articulação Nacional dos Comitês Populares (Ancop) — que, desde 2010, reúne organizações, movimentos, coletivos, pesquisadores e ativistas — diz que as ações já postas em prática sinalizam um legado, na verdade, perverso, que aprofunda as desigualdades urbanas no país, destrói comunidades e bairros populares e segrega grupos mais vulneráveis nos espaços urbanos. “O crescimento econômico segue concentrado nas mãos de uns poucos, ao mesmo tempo que os investimentos prometidos trazem problemas ainda mais graves”, diz Juliana, que também integra a Ancop. O *Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*, um calhamaço de mais de cem páginas elaborado pela Ancop, que terá, ainda, uma terceira edição atualizada, faz uma crítica ao desperdício de recursos públicos que, para a Ancop, deveriam estar sendo destinados a atender às necessidades da população brasileira — com “déficit habitacional de 5,5 milhões de moradias e 15 milhões de domicílios urbanos destituídos das condições mínimas de habitabilidade (saneamento, infraestrutura urbana etc), para não falar da precariedade de nossos sistemas de saúde e educação pública”, aponta o Dossiê.

Apesar de o site do governo brasileiro sobre a Copa do Mundo 2014 afirmar que “nenhuma pessoa ficou desabrigada para a construção de estádios ou para as intervenções de mobilidade urbana”, a Ancop aponta 250 mil pessoas cujo direito à moradia está sendo violado ou ameaçado. O balanço da capital paulista indica que houve remoção forçada

de comunidades inteiras, especulação imobiliária (97% de valorização) e expulsão da população para as margens mais distantes da cidade. “Isso em razão do valor dos aluguéis a patamares impagáveis pela população mais pobre”, diz Juliana.

Às vésperas da Copa, quando foi realizada a entrevista com Juliana, as obras estavam em fase final de execução e a probabilidade é que ficassem prontas a tempo de atender às exigências da Federação Internacional de Futebol (Fifa). “Enquanto isso, os investimentos em serviços e equipamentos públicos não foram feitos”, alerta a integrante do Comitê Popular de São Paulo. “Em Itaquera, distrito da zona leste de São Paulo onde fica o estádio do jogo inaugural da Copa, ainda faltam hospitais, unidades de saúde, escolas, creches, saneamento”. Juliana acrescenta que são mais de 20 assentamentos e milhares de famílias afetadas na zona Sul e na zona Norte da capital paulista.

MOBILIDADE URBANA X REMOÇÕES

A situação se repete em todas as cidades-sede — além de Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, Porto Alegre, Salvador, Recife, Fortaleza, Natal, Manaus, Cuiabá, Curitiba e Brasília. E, a julgar pelo levantamento da Ancop, a violação do direito à moradia adequada é a mais grave consequência da realização da Copa no Brasil. Em Belo Horizonte, informou Lorena, a comunidade Recanto da UFMG, com cerca de 60 famílias, localizada a menos de 500 metros do Mineirão, foi removida para a construção de um viaduto. Em Fortaleza, os cálculos do Comitê Popular local dão conta de mais de 15 mil remoções em função das obras. Apenas para abrir passagem

ao VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), obra que integra o pacote de mobilidade urbana na cidade, 23 comunidades foram afetadas. Quatro delas (Trilha do Senhor, Lauro Viera Chaves, Comunidade das Flores e São Vicente de Paula) resistem em deixar suas moradias, às margens da Via Expressa, região valorizada ou com tendência de valorização na capital cearense.

“O impacto das obras da Copa no aumento da desigualdade e da segregação é alarmante”, avalia o economista André Lima, integrante do Comitê Popular de Fortaleza. Nesse caso, ele explica que o governo estadual, responsável pelas desapropriações, não oferece indenização à altura dos imóveis e, como alternativa, propõe a transferência de cerca de 3 mil famílias para um conjunto habitacional localizado em bairro afastado, onde outras mais de mil famílias vivem numa ocupação há três anos. “Ou seja, a ideia é melhorar o sistema de equipamentos da zona mais rica da cidade, enquanto remove milhares de pessoas de baixa renda para locais desvalorizados”, acrescenta.

Em vídeo produzido por uma produtora belga sobre os impactos da Copa em Fortaleza, Allysson Silveira, que tem boa parte da família morando na Comunidade do Trilho, conduz o espectador pelas histórias da comunidade. Para ele, o grande problema do VLT é que “esta comunidade, onde as pessoas conversavam, se encontravam, namoravam, agora está ameaçada de não mais existir por conta de uma obra financiada pela Copa do Mundo”. Segundo o Comitê, antes mesmo da conclusão do processo legal para a transferência das famílias, as casas dos moradores eram marcadas a tinta sinalizando quem seria removido. “Mas a vida em comunidade é forte. Da mesma forma que todos se ajudam, todos sofrem juntos, de uma forma ou de outra, os impactos da remoção. As pessoas aqui são acostumadas a enfrentar problemas. Até problemas como esse”, diz Allysson.

Em Salvador, de acordo com o Comitê Popular da cidade, nenhuma das obras que trariam impactos positivos foi realizada. “Pelo contrário, o que aconteceu foi a intensificação de uma limpeza étnica racial nos bairros e no centro da cidade”, diz Argemiro Almeida, membro do Comitê Popular da Copa de Salvador e da Ancop. O orçamento previsto para obras de infraestrutura na cidade era de R\$ 2,4 bilhões. Mas, segundo acompanhamento do comitê, foram gastos pelo governo do estado e prefeitura apenas R\$ 600 mil, o que fez com que cinco obras saíssem da matriz de responsabilidades da cidade, entre elas a construção de um Hospital, previsto originalmente, e de projetos de mobilidade no entorno da Arena Fonte Nova que dariam acesso ao Centro e a bairros mais afastados. “Em vez disso, o que foi feito foi uma via expressa que liga praticamente o Porto à BR e uma linha de metrô de 3 quilômetros que ainda está em fase de testes e, por enquanto, vai funcionar apenas durante a Copa”, diz.

No campo dos transportes, a preparação para a Copa do Mundo tem servido para justificar gastos públicos destinados à melhoria da chamada mobilidade urbana nas cidades-sede do evento. No total, são 45 obras que, segundo o site oficial da Copa, priorizam o transporte coletivo e incluem corredores

e vias para ônibus; estações, terminais e Centrais de Controle de Tráfego; BRTs (Bus Rapid Transit) e VLTs, totalizando mais de R\$ 8 bilhões de investimento. Entretanto, para os Comitês Populares, essas obras somadas ainda ao alargamento de vias e construção de viadutos, apenas reproduzem o modelo veicular privado, individual e motorizado, quando deveriam priorizar o transporte público acessível, coletivo e de qualidade.

“A subserviência ao poder econômico da indústria automobilística determina a continuidade de um padrão insustentável de mobilidade para o país”, reflete Lorena, de Belo Horizonte, onde a ampliação do metrô, planejado e não concluído desde a década de 70, foi mais uma vez adiada. “Sem dúvida alguma, a Copa do Mundo poderia ser uma boa oportunidade para buscar alternativas inteligentes e não poluentes para o trânsito, como as ciclovias, por exemplo. Mas o que predomina é o totalitarismo dos carros sobre as pessoas que, quando moram em comunidades pobres, ainda são removidas para dar passagem a novas malhas viárias”, observa.

RESISTÊNCIA

Pernambuco é o único estado-sede em que os jogos não se darão na capital, Recife, mas na cidade de São Lourenço da Mata, onde está prevista a construção da primeira *Smart City* da América Latina — segundo o Comitê Popular, uma cidade inteira construída a partir de uma parceria público-privada. “Uma cidade com previsão de circulação de 100 mil pessoas num local que tem hoje 108 mil habitantes. Ou seja, a cidade já existente viverá à margem da nova cidade, que concentrará os investimentos”, diz Rud Rafael, assistente social da ONG Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (Cendhec) e integrante do Comitê Popular da Copa de Recife, acrescentando que, no geral, serão

Ruas do país, sempre enfeitadas no período que antecede as copas, trocam bandeiras e outros adornos por reivindicações



FOTO: PSOLSAUDE

“A ideia é melhorar os equipamentos da zona mais rica da cidade, enquanto removem milhares de pessoas a locais desvalorizados”
André Lima,
comitê de Fortaleza

As sobras da comunidade
de Vila Harmonia, no Rio
de Janeiro: populações
expulsas e violação do
direito à cidade



mais de 2 mil desapropriações. Obras como a Via Mangue, que ligará os bairros do Pina e de Boa Viagem, deixaram 1.536 famílias desapropriadas.

Rud informa que o Loteamento São Francisco, no município de Camaragibe, vem sofrendo um dos casos mais graves de violação. “A comunidade de aproximadamente 200 famílias foi “riscada do mapa”, ele diz, “com indenizações injustas e sem diálogo ou proposição de alternativas”. Lá, grande parte das famílias foi despejada sem ter recebido o valor das indenizações e sem nenhum apoio psicossocial. “Isso gerou um nível de vulnerabilidade extremo, muitos adoecimentos e sete mortes em decorrência desse cenário”, acrescenta.

Mas há resistência. A comunidade do Coque, no Recife, é símbolo de teimosia contra o capital imobiliário (*Radis* 129), como explica o integrante do Comitê Popular. “Ali, foram desapropriadas 181 famílias para a ampliação do Terminal Integrado de Joana Bezerra. Entretanto, outras 58 famílias seriam removidas, mas surgiu uma intensa mobilização, que deu origem a uma rede, o Coque (R)existe”, conta. “A partir dela, evitaram-se as remoções mostrando que era possível um projeto alternativo que alterava o traçado viário e mantinha as famílias em suas moradias”.

Em Porto Alegre, a população da Vila Cruzeiro, uma das afetadas pelo projeto de duplicação da Avenida Tronco, organizou a campanha *Chave por chave*, conseguindo barrar o processo de remoção. Cerca de 70% das famílias permanecem no local. Segundo o Comitê Popular, o projeto foi excluído da matriz de responsabilidades. “Foi uma vitória, mas isso gerou outro problema:

como as obras haviam sido iniciadas, ficou um furo na cidade, como uma ferida, um cenário de guerra, de escombros, esgoto a céu aberto e mais violência”, diz Cláudia Fávoro, arquiteta e urbanista, integrante do Comitê Popular, citando ainda a desastrosa remoção de quase 400 famílias da Vila Dique, atingida pelo alargamento da pista do aeroporto Salgado Filho. “Essas famílias foram levadas para uma zona de tráfego, desassistida do poder público, a cerca de 50 quilômetros de onde residiam. Passaram a habitar construções precárias, sem acesso a posto de saúde, creche ou escola, já que os equipamentos permaneceram na antiga vila”, informa. Depois do laudo geológico, segundo o Comitê Popular, ficou concluído que a área era inadequada para a construção da pista.

Para Rud, de Recife, a Copa não deixa legado de políticas públicas e sim, de sérias violações de direitos humanos e negação de direitos básicos, o que tem gerado, inclusive, grave impacto na saúde pública, com grande número de pessoas desenvolvendo doenças crônicas como hipertensão, além de casos de depressão. “Isso é lamentável, porque poderiam ter sido pensadas alternativas a esse cenário, como a construção de planos urbanísticos participativos, projetos habitacionais e assistência psicossocial, por exemplo”, protesta. “Não à toa, após uma visita a Recife, a relatora da ONU para o Direito à Moradia Adequada, Raquel Rolnik, disse que as obras da Copa produzem sem-teto”.

“O que aconteceu foi a intensificação de uma limpeza étnica racial nos bairros e no centro da cidade”
Argemiro Almeida,
comitê de Salvador

Rio: cidade olímpica partida

A cidade-sede da final da Copa de 2014 sediará também as Olimpíadas, em 2016. Com 6,3 milhões de habitantes e um sem número de contradições, a cidade do Rio de Janeiro prepara-se para receber esses dois megaeventos. As obras anunciadas previam desde instalações esportivas e reforma do estádio do Maracanã, passando por projetos de mobilidade urbana com modernização e expansão do metrô, construção de corredores de ônibus e reforma do Aeroporto Internacional Tom Jobim, até projetos de reestruturação urbana.

Tantos investimentos fizeram a prefeitura anunciar o projeto Cidade Olímpica, com o objetivo “de acabar com a cidade partida e levar dignidade à população”. Passados quatro anos, o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas alerta para uma cidade cada vez mais desigual e faz críticas ao projeto que aponta como tendo sido marcado por exclusão e desigualdade social. “A gente não critica apenas a realização do evento mas o modelo de cidade que está sendo construído”, diz o comunicador Mário Campagnani, integrante do Comitê Popular do Rio, citando comunidades inteiras impactadas, caso do

Morro da Providência, na região portuária, uma das áreas mais importantes da cidade e porta de entrada de visitantes; e do Metrô-Mangureira, ao lado do Maracanã. Ambas tiveram casas demolidas por conta das obras do Porto Maravilha e da instalação de um polo automotivo, respectivamente.

Em Jacarepaguá, na Vila Autódromo (*Radis* 129), cerca de 500 famílias estabelecidas no local há mais de 20 anos estão ameaçadas de remoção. Segundo o Comitê, são 65 mil pessoas afetadas pelas remoções desde 2009. Na esteira do dossiê produzido pela Articulação Nacional dos Comitês da Copa, o Comitê do Rio também editou uma publicação envolvendo as questões de moradia, mobilidade, trabalho, esporte, segurança pública, informação, participação e economia na cidade. Nele, afirma que o que está ocorrendo no Rio é uma “violação do direito à cidade” e, como alternativa, propõe “um outro projeto olímpico, resultado do debate público e democrático, com a garantia de permanência de todas as comunidades e bairros populares situados nas áreas de intervenção em curso”.

MOBILIDADE URBANA

De acordo com o Comitê Popular, em relação à mobilidade urbana, os ganhos foram muito pontuais. A prefeitura anuncia VLTs (Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT), com seis linhas e capacidade para 450 passageiros e integração com ônibus, BRT (Bus Rapid Transit), trens, barcas, metrô, e ainda os projetos TransOeste, TransCarioca e TransOlimpica — corredores com capacidade para BRTs. “Essas

obras não são para mobilidade mas para atender uma especulação imobiliária”, diz Mário, citando o caso da Vila Recreio, removida para a passagem da TransOeste, que fará a ligação da Barra da Tijuca com Santa Cruz e Campo Grande. “A TransOeste não passou pelo local onde estavam as casas. Hoje, a região se transformou em terrenos abandonados ao lado da rodovia”, diz. “Nossa leitura é que há um processo de higienização e para invisibilizar essa parcela da população”.

O dossiê *Megaeventos e violações de direitos humanos no Rio de Janeiro* defende que o acesso a melhores condições de mobilidade urbana não se restringe à localização. “Devemos considerar também itens como preço das passagens, oferta de modais diversificados, possibilidade de integração intermodal e, sobretudo, que as opções de mobilidade devem ser seguras e minimamente confortáveis”, aponta o documento.

“Essas obras não são para mobilidade mas para atender uma especulação imobiliária”

Mário Campagnani, comitê do Rio de Janeiro

Manifestantes pedem pelo Maracanã: os estádios, que eram estaduais, tornaram-se ‘arenas’ particulares, que cobram preços abusivos e elitizam a torcida

COMPLEXO MARACANÃ

Para o Comitê Popular do Rio, a cidade olímpica marcou ainda um gol contra ao descuidar do seu patrimônio esportivo e cultural. No entorno do Maracanã, há um complexo com equipamentos públicos que servem ao esporte, à saúde, ao lazer, à cultura e à educação, formado ainda pelo Estádio de Atletismo Célio de Barros, o Parque Aquático Júlio Delamare, a Escola Municipal Friedenreich e a Aldeia Maracanã, um centro cultural indígena instalado no prédio histórico do antigo museu do índio (*Radis 123, 125 e 132*).

Originalmente, o edital de privatização elaborado pelo governo do estado do Rio de Janeiro indicou a demolição não apenas dos dois equipamentos esportivos, mas também da escola pública municipal e da Aldeia Maracanã, para a construção de um shopping e edifícios-garagem.

Depois de muita pressão popular, a Justiça concedeu liminar proibindo as demolições e a escola municipal foi tombada. Mas a situação dos equipamentos ainda preocupa: o Célio de Barros está fechado há mais de um ano, obrigando atletas a fazer seu treinamento em locais inadequados e prejudicando cidadãos que usavam o local para lazer e práticas de atividades físicas. O governo anunciou que será reaberto após a Copa do Mundo. O Parque Aquático Júlio Delamare também fechou as portas em 15 de maio, por conta dos jogos da Copa no Maracanã. A Aldeia Maracanã continua com a situação indefinida.



A pátria em cartazes

Fim de tarde do dia 15 de maio. Cerca de 1,5 mil pessoas, segundo a Polícia Militar, cruzavam a Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, em manifestação. “Copa pra quem?”, era a indagação nos cartazes; “ô-lê-rê / ô-lá-rá / A Rocinha quer saber / onde o Amarildo está?”, lembrava o moço do carro de som em referência ao desaparecimento do pedreiro Amarildo, depois que foi detido por policiais militares, em junho do ano passado; um Batman justiceiro subia o monumento a Zumbi dos Palmares para protestar por mais dinheiro para cultura, saúde e educação; embaixo, rodoviários e professores do município, em greve, juntavam-se ao ato.

Nas outras cidades-sede da Copa, a cena se repetiu. Conhecido como 15M e planejado por organizações populares e de juventude, os eventos marcaram o Dia Nacional de Lutas contra a Copa, e trouxeram uma pauta de reivindicações, entre elas, o fim das remoções, a desmilitarização da polícia, mais verba para a saúde pública, o fim das privatizações e dos subsídios aos planos de saúde e a garantia de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação pública.

Com gritos de “Ei, Fifa, volta pra Suíça!” e cartazes de “Fifa, Go Home!”, os manifestantes exigiam ainda mais soberania durante a realização dos jogos, o que inclui o direito ao trabalho informal, prevenção efetiva à exploração sexual e pensão vitalícia às famílias dos operários mortos e incapacitados durante as obras da Copa — em todo o Brasil, são nove vítimas de acidentes de trabalho. Para os Comitês Populares, há um abuso da Federação Internacional de Futebol sobre as decisões no país. Talvez por isso, em bom inglês, exibiram faixas de “*Unfair Players Fifa*”, numa referência à expressão usada nos estádios de futebol quando o adversário não joga com as armas mais limpas.

Entre outras medidas, a Fifa estabeleceu uma espécie de zona de exclusão no entorno dos estádios, definindo como seu território tudo o que fica em um raio de dois quilômetros. Os produtos que estarão à venda e o direito de ir e vir nessas áreas são definidos pela Fifa.

A Lei Geral da Copa, um dos alvos dos protestos nas ruas, proíbe o uso dos símbolos da competição em eventos de bares e restaurantes e dá à Fifa exclusividade sobre o uso de determinadas expressões, como Copa 2014, Brasil 2014 e Copa do Mundo, além dos nomes de todas as cidades-sede seguidas do ano, entre outras, cerceando a iniciativa de comerciantes e outros brasileiros que queiram lançar mão desses termos.

LEGADO

“Se podemos falar de um legado da Copa, seria o da resistência e do enfrentamento de contradições estruturais da nossa sociedade”, acredita Rud Rafael, do Comitê Popular de Recife. Algo como se a “pátria em chuteiras” — expressão cunhada pelo escritor Nelson Rodrigues (1912-1980) para se referir ao ufanismo e união nacional em torno da seleção verde-e-amarela — se transformasse também na pátria em

cartazes, em faixas de protestos e em manifestações as mais diversas contra a violação de direitos.

Às vésperas da Copa, no início de maio, Belo Horizonte sediou o *I Encontro dos Atingidos – quem perde com megaeventos e megaempreendimentos?*, organizado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), que reuniu representantes de comunidades tradicionais, desapropriados, população em situação de rua, trabalhadoras da construção civil e instituições ligadas à defesa dos direitos humanos. Do encontro, saíram com uma carta que reflete essa complexidade de temas e de lutas que vêm sendo enfrentadas e serão aprofundadas depois da Copa do Mundo. “O objetivo maior deve ser garantir transformações urbanas e culturais em favor de toda a população e exigir a transparência e a participação popular direta nas decisões que afetarão o futuro da cidade”, diz Lorena Dias, do Comitê Popular de Belo Horizonte.

COPA POPULAR

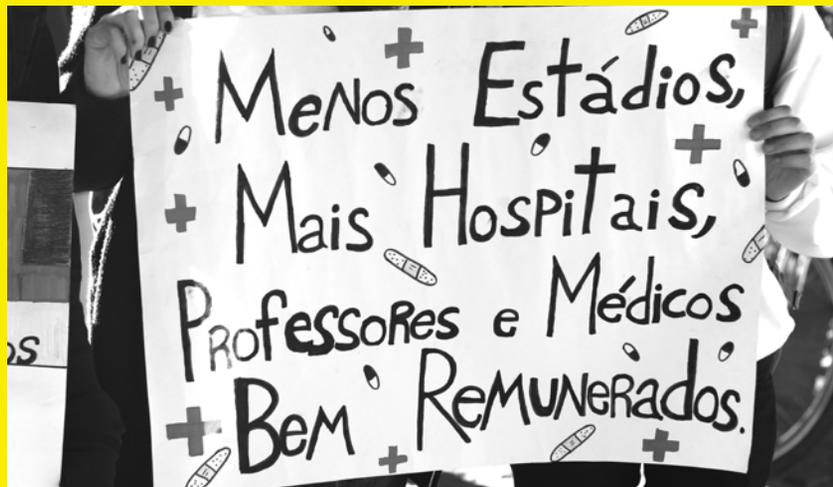
No Rio de Janeiro, o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas organizou a Copa Popular 2014, a exemplo do que aconteceu ano passado durante a Copa das Confederações. Trata-se de um campeonato de futebol que reúne, em campinhos de várzea, para jogar futebol, moradores de comunidades ameaçadas de remoção, torcedores, vítimas de violência policial, camelôs e apoiadores da luta. Com direito a drible, gol, torcida e taça para os campeões.

Em todas as cidades-sede realizam-se seminários, plenárias e outras atividades articuladas para dar continuidade ao debate durante e depois da Copa do Mundo, fazendo valer o que dizia uma das faixas no 15M do Rio: “Copa sem povo. Tô na rua de novo!”. Mário Campagnani, que integra o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, diz que os comitês seguem com o objetivo de denunciar as violações que ocorrem para além dos megaeventos. “É uma postura crítica a todo um modelo de negócios onde a população fica excluída”, conclui.

“Se podemos falar de um legado da Copa, seria o da resistência e do enfrentamento de contradições estruturais da nossa sociedade”

Rud Rafael, comitê de Recife

Da ‘pátria em chuteiras’, expressão do cronista Nelson Rodrigues, à pátria em cartazes: Copa mobiliza pelos protestos



Compromisso pelos direitos humanos

SAIBA MAIS

Site do Governo brasileiro sobre a Copa do Mundo da Fifa 2014
www.copa2014.gov.br

Portal Popular da Copa e das Olimpíadas
www.portalpopulardacopa.org.br

Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil
<http://goo.gl/IOekNO>

Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas Rio de Janeiro
<http://rio.portalpopulardacopa.org.br>

Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Rio de Janeiro
<http://goo.gl/UEtAKg>

Vídeo sobre os impactos da Copa em Fortaleza
www.copaparaquem.com

Durante a Copa das Confederações, ano passado, no Brasil, além das manifestações nas ruas, um episódio ganhou repercussão internacional, em manchetes dos jornais: jogadores da Espanha haviam sido flagrados com prostitutas em hotel de Fortaleza, uma das cidades-sede da Copa. Para a Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, a exploração sexual, bem como as demais manifestações de direitos humanos violados, merece atenção, quando se fala de legado da Copa no Brasil. “As violações históricas sofridas pelas mulheres são acirradas com a Copa. Denunciamos o aumento da exploração sexual e do tráfico de mulheres, o acirramento da mercantilização do corpo feminino — exposto como disponível em diversas campanhas publicitárias, como a da Adidas (*Radis* 139), tornando-as mais vulneráveis a estupro e assédios de diversas ordens”, diz a carta do 1º Encontro dos Atingidos pela Copa, realizado em 5 de maio, em Belo Horizonte.

Na carta, os Comitês Populares assumem o compromisso de lutar também contra a criminalização dos movimentos sociais e contra as leis

antiterroristas e antimanifestações — como vêm sendo chamados os projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que tipificam o crime de terrorismo no Brasil.

Na mesma linha, defendem a anistia dos que respondem a processos por conta das manifestações e uma campanha nacional pela desmilitarização da Polícia Militar, e propõem debate sobre a democratização das comunicações no Brasil. “A nossa estratégia é fortalecer esse grande coletivo de comunicação organizado nas 12 cidades a fim de conseguir fazer a disputa midiática que nos abafou durante muito tempo”, diz Cláudia Fávoro, do Comitê Popular da Copa de Porto Alegre. “Copa e Olimpíadas não justificam a violação de direitos humanos. Nenhum direito pode ser violado a pretexto dos interesses e emergências que pretendem impor ao povo brasileiro, em particular nas cidades que sediarão os megaeventos”, alerta o dossiê *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*. Desde 2010, a Ancop vem elaborando também cartilhas, notas públicas e projetos técnicos alternativos para evitar mais violações. 

“Nossa estratégia é fortalecer o coletivo de comunicação das 12 cidades e fazer a disputa midiática que nos abafou”
Cláudia Fávoro, comitê de Porto Alegre

lado a pretexto dos interesses e emergências que pretendem impor ao povo brasileiro, em particular nas cidades que sediarão os megaeventos”, alerta o dossiê *Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil*. Desde 2010, a Ancop vem elaborando também cartilhas, notas públicas e projetos técnicos alternativos para evitar mais violações. 



FOTO: REPÓRTER BRASIL

Exploração sexual e violação de outros direitos merecem atenção ao se computar o legado da competição no país



Anos de chumbo ganharam espaço na mídia em março e abril, conjugando informação, 'mea culpa' e viés conservador

Elisa Batalha

Os 50 anos do golpe civil-militar, completados em 31 de março, motivaram uma cobertura jornalística sem precedentes sobre o tema. Entre março e abril, cadernos especiais nos jornais, manchetes de primeira página, capas de revista semanal e programas especiais na tevê trouxeram à tona fatos e personagens pouco ou nada evidenciados nos anos e décadas anteriores, por ocasião da mesma data. "Nunca houve uma cobertura tão ampla do golpe. Inclusive pela duração", avaliou, em entrevista à *Radis*, o historiador Jean Rodrigues Sales, professor de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e especialista em história das esquerdas. A ênfase, considera, deveu-se ao momento político vivido pelo país e à instalação da Comissão da Verdade, em 2012.

"Desde o primeiro mandato do governo Lula, chegou ao poder no país um grupo que teve participação direta na luta contra a ditadura, que resistiu ao golpe, o que contribuiu para chamar mais atenção da mídia e também da sociedade", analisa Jean, organizador do livro *Guerrilha e revolução: a luta armada contra a ditadura militar no Brasil* (no prelo). "Em tempos de Comissão da Verdade era mais do que previsível o aquecimento do debate em torno do que foi o golpe e sua contextualização histórica", ressaltou em seu site o *Correio da Cidadania*, editado pela Sociedade para o Progresso da Comunicação Democrática.

A cobertura, no entanto, observou Jean, foi factual e centrada em personagens e casos "extraordinários", como o da morte do jornalista Wladimir Herzog e o desaparecimento do deputado Rubens Paiva, ou da bomba do Riocentro, de 1981. "Pouco se enfatizou o esclarecimento do contexto político no qual foi possível o golpe e como funcionava a ditadura", verificou, apontando, ainda, que não houve por parte da mídia comercial uma "cobertura sobre a cobertura", isto é, uma análise do papel crucial que a imprensa teve no apoio ao golpe e ao espectro mais conservador da sociedade naquele momento.

CRÍTICA E AUTOCRÍTICA

Essa abordagem coube a sites jornalísticos alternativos e observatórios de mídia, como Observatório da Imprensa, no programa de 1º de abril, veiculado pela TV Brasil. "O golpe foi preparado e apoiado majoritariamente pela imprensa, logo depois transformada em sua vítima e dócil escrava", apontou o jornalista Alberto Dines, na abertura do programa. "A imprensa além de testemunha foi também participante". Segundo Dines, o golpe de 1964, que inicialmente se deu como outros golpes, "uma quarelada para depor um legítimo chefe de Estado", diferenciou-se dos demais por ocorrer "em plena era da informação".

No site do Observatório, uma série de artigos sob a retransmissão 1964+50 também buscou dar conta de uma crítica da cobertura jornalística do golpe. Em um deles, *50 anos de golpe midiático* (8/4), Alice Martins Moraes questionou o telejornal *Bom Dia Brasil*, da TV Globo, que tratou dos efeitos do golpe exclusivamente sobre a economia. "A ditadura militar brasileira durou mais de duas décadas e deixou cerca de 400 mortos e desaparecidos. Diante de tudo isso, questiono, seriam os efeitos na economia o assunto de maior relevância para se colocar em um dos telejornais mais vistos do país?", criticou.

RETRATAÇÃO

Três jornais que apoiaram a ditadura e que circulam até hoje, *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, publicaram, além de cadernos especiais e reportagens, editoriais em que abordaram seu envolvimento com o golpe. *O Globo* já havia admitido no ano passado, na edição de 31/8/2013, que o *Apoio editorial ao golpe de 64 foi um erro* e, ao fazê-lo, como observou Dines, admitiu também "que grande parte da imprensa brasileira ao apoiar a deposição do presidente João Goulart apoiou a ditadura nela incubada".

Em 31/3/14, o jornal reiterou essa posição em novo editorial, *Para nunca mais se repetir*, registrando que “com base na perspectiva histórica dada pela passagem do tempo, está claro que, com todas as imperfeições do regime, nenhum modelo é melhor, em todos os sentidos, que o democrático”. O jornal destacou-se, ainda, por revelar como operava a Casa da Morte, reduto clandestino da ditadura, em Petrópolis, onde militantes eram presos e torturados, e por publicar, em 25/3, depoimento do coronel reformado do Exército Paulo Malhões à Comissão da Verdade, no qual admitiu ter participado de tortura e morte e do desaparecimento do corpo do deputado Rubens Paiva.

Para Jean Rodrigues, não há espaço no contexto atual do país para um grande jornal defender o golpe. A mídia não pode mais fazer de conta que não houve. Até porque há muitos blogs e outros canais de informação”, considera. Ainda assim, o mesmo *O Globo* posicionou-se contra a revisão da Lei da Anistia, no editorial *Desserviço ao país*, de 14/4. Para o jornal, a anistia de 1979 “tem um pressuposto inegociável — o perdão recíproco, tanto a agentes públicos envolvidos em atos reprováveis quanto a militantes de organizações da esquerda armada, num leque que também incluía opositores de todos os matizes ao regime militar”.

REVISIONISMO

Folha e *Estadão*, que também apoiaram os militares, foram mais tímidos em suas autocríticas nos editoriais dos 50 anos, como observou o jornalista Gabriel Brito em análise no *Correio da Cidadania*. “Investiram num revisionismo histórico sem respaldo algum na historiografia documentada, e respeitada, já produzida no país”, escreveu. Em seu texto, cujo título foi *Editorial – 1964*, veiculado em 30/3, a *Folha* justificou-se — não desculpou-se —, considerando o apoio ao golpe “uma posição pertinente às condições da época”. E admitiu: “Não há dúvida de que, aos olhos de hoje, aquele apoio foi um erro”.

Para Bruno Marinoni, autor do artigo *Jornais vêm a público confessar apoio* à ditadura (8/4), publicado no Observatório da Imprensa, “no sumário título escolhido para o editorial, a *Folha* optou por evitar qualquer posicionamento ou menção diante do fato histórico de que apoiou a ditadura militar no Brasil”. O editorial começa criticando “a violência que a ditadura representou”, mas compartilha a responsabilidade da violência entre “direita e esquerda” e abranda a ditadura: “Isso não significa que todas as críticas à ditadura tenham fundamento”.

No editorial do *Estadão*, não aparecem as palavras *ditadura* e *golpe*, como observou o site Jornalismo B, e a defesa do golpe foi mais aberta. Tratou-se, aponta a análise, de “um revisionismo histórico que ignora os fatos concretos”. O editorial afirma que “o governo do presidente João Goulart teve sua origem numa crise — a da renúncia de Jânio Quadros — e em crise viveu até ser deposto”, omitindo que o governo de Jango começou com uma eleição da qual saíra vitorioso, como vice-presidente — “e natural substituto do presidente em caso de renúncia”, observou o site. Mantendo o tom de abrandamento dos anos de chumbo, o editorial do *Estadão* considerou, ainda, que “na economia e na modernização da administração, o regime obteve inegáveis êxitos”.



VIÉS CONSERVADOR

Também nas reportagens, de forma indireta, os jornais mantiveram seu viés conservador, no que diz respeito a uma não condenação total do golpe. Em relação a uma pesquisa do Ibope de 1963, só recentemente vinda à tona, que revela que 70% dos brasileiros eram a favor das reformas de base de João Goulart, *O Globo* indicou em uma de suas reportagens que “30% rejeitavam as reformas”, enfatizando o aspecto negativo ainda que este fosse proporcionalmente inferior.

O site Viomundo chamou atenção para a frase escolhida pela *Folha de S. Paulo* para dar título à entrevista que fez com o historiador Daniel Aarão Reis: ‘A luta armada se esqueceu de fazer consulta ao povo’, afirma historiador. “Ênfase a algo dito pelo entrevistado que desqualifica a luta armada de resistência à ditadura”, analisou o jornalista Luiz Carlos Azenha, do Viomundo, observando que o jornal poderia ter enfatizado, em vez disso, outra análise de Aarão Reis, por exemplo, a que explica por que se tratou de uma ditadura civil-militar. “Insistir que a ditadura era militar, põe na obscuridade as conexões civis que ela teve o tempo todo”, disse o historiador na entrevista.

Na semana em que o golpe completava as cinco décadas, as revistas semanais estamparam o tema na capa, à exceção de *Veja*. Enquanto *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital* tiveram como chamada,

respectivamente, 1964 – *O ano que não terminou, 'O golpe destruiu minha família'*, de entrevista com ex-primeira-dama Maria Tereza Goulart e 50 anos do golpe, *Veja* trouxe na capa uma charge da presidenta Dilma Rousseff, ilustrando a indagação: *Por que quando Dilma cai a bolsa sobe*. “O que a revista *Veja* fez é o que o sociólogo francês [Pierre Bourdieu] chamaria de *ocultar mostrando*, que é quando o jornalista desvia a atenção de um debate a que se tem dado enfoque no momento (que muitas vezes está ligado ao interesse público e neste caso se refere aos 50 anos do golpe militar) através da exposição de outro assunto (que neste caso é a relação entre Dilma e a bolsa de valores)”, analisou Alice Martins Moraes em seu artigo no Observatório. “Dilma tem uma ligação muito forte e direta com a ditadura militar, no sentido do combate a ela, tanto como militante quanto como instituidora da Comissão Nacional da Verdade. A bolsa de valores

é um fator que parte significativa da população não entende e, mesmo assim, dá bastante relevância, considerando um fator importante”, prosseguiu.

Para Jean Rodrigues, não há motivo para estranhamento à capa destoante de *Veja*, pois criticar o atual governo e posicionar-se à direita, tanto em editoriais quanto pela angulação, eleição de critérios noticiosos e abordagens de suas reportagens, já é característica dessa publicação. “Faz parte. A *Veja* não esconde mais a sua linha editorial”, observou.

Na tevê, a Globonews abriu espaço aos militares, exibindo no programa *Dossiê Globonews* uma série de entrevistas realizadas pelo jornalista Geneton Moraes Neto, com personagens como os generais Leônidas Pires Gonçalves (3/4) e Newton Cruz (10/4), atuantes na repressão, que expuseram suas razões para participar do regime. No artigo *A arte de perguntar*, publicado no Observatório da Imprensa (7/4), o jornalista Luiz Claudio Cunha elogia a competência do entrevistador e o fato de Leônidas Pires ter sido identificado “não como o ministro da democracia, mas como chefe do DOI-CODI, 1974-77”. Quanto às declarações do militar, tais como “Não houve tortura na minha área”, Luiz Claudio observou: “O general falou, com uma fluência inédita e uma sinceridade desconcertante, levantando temas que beiram a fantasia, a leviandade e a arrogância. Desafiou qualquer um a dizer que foi torturado no DOI-CODI que ele comandou durante quase três anos, na fase mais turbulenta do governo Geisel”. De acordo com Luiz Claudio, ainda, Geneton “sem arrogância, enfrentou o general Leônidas com perguntas precisas que iluminaram a história e conseguiram arrancar o melhor (e o pior) do chefe da repressão política que se orgulha de seu trabalho na ditadura”.

LUZ SOBRE O PERÍODO

Os 50 anos do golpe foram também uma oportunidade de lançar luz sobre o período, com as séries inéditas *Resistir é Preciso*, *Advogados contra a ditadura* e *Militares da democracia*, veiculadas pela TV Brasil. Em 24 de março, estreou *Resistir é Preciso*, que, em dez episódios diários, buscou resgatar a trajetória da imprensa alternativa, da imprensa clandestina e da que atuava no exílio, que resistiram e combateram o golpe militar. A série, narrada e apresentada pelo ator Othon Bastos, recuperou a história de jornais alternativos, como *PifPaf*, *Pasquim*, *Bondinho* e *Opinião*, permitindo conhecer as dificuldades de produção, as perseguições e manobras para mantê-los em circulação.

Já *Advogados Contra Ditadura*, dirigido pelo cineasta e documentarista Silvio Tendler, exibida a partir da mesma data, fez um apanhado do papel estratégico da Justiça Militar durante o regime, dando voz e homenageando os advogados que estiveram na defesa de presos políticos. Também dirigida por Tendler, *Militares da Democracia* trata dos homens do Exército, Marinha e Aeronáutica que sofreram por reagir ao golpe dentro dos quartéis. “Sempre penso em como enfrentar injustiças e a censura, seja ela qual for. Foi assim que surgiu a ideia de realizar a série sobre os advogados, mas fiquei instigado em fazer seu irmão gêmeo, para mostrar também como nem todos os militares perseguiram, torturaram e foram algozes nessa história”, contou Silvio Tendler.

SAIBA MAIS

Observatório da Imprensa
www.observatoriodaimprensa.com.br

Série 'Resistir é preciso'
<http://tvbrasil.etc.com.br/resistir-e-preciso/episodio-como-tudo-comecou#media-youtube-1>

Série 'Advogados contra a ditadura'
<http://tvbrasil.etc.com.br/os-advogados-contra-a-ditadura>

Série 'Militares pela democracia'
<http://tvbrasil.etc.com.br/militares-da-democracia>

Entrevistas com os generais Leônidas Pires Gonçalves e Newton Cruz
<http://globovtv.globo.com/globo-news/globo-news-dossie/v/geneton-moraes-neto-entrevista-o-general-leonidas-pires-goncalves/3248625>

<http://globovtv.globo.com/globo-news/globo-news-dossie/t/todos-os-vidEOS/v/veja-depoimentos-sobre-os-bastidores-do-golpe-de-64/3200363>

Fotos do regime militar
http://educacao.uol.com.br/album/ditadura-45-anos_album.htm

Jogo educativo com recursos multimídia
<http://educacao.uol.com.br/infograficos/2014/cinquenta-anos-do-golpe-de-64/>

<http://arte.folha.uol.com.br/namento/2014/01/05/50-anos-golpe-64/>



Tempo de exumação

Trabalho das comissões da Verdade possibilita a emergência de fatos e vivências soterrados na memória

Liseane Morosini

“Nós soterramos esse material até por estratégia inconsciente de sobrevivência, e hoje ele começa a ser resgatado”. A fala do sanitarista Carlos Botazzo, no debate *50 anos do golpe militar no Brasil: visões militantes*, realizado pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp/Fiocruz), em 29 de abril, é mais uma voz a realçar a importância e a necessidade de se resgatarem as memórias dos anos de chumbo (*Radis* 140). Organizado pelo pesquisador da Ensp Eduardo Stotz, e pela sanitarista Anna Maria Tambellini, presidente da Comissão da Verdade da Reforma Sanitária (CVRS), o encontro contou também com o engenheiro Ceici Kameyama e o jornalista e escritor Cid Benjamin. Juntos, os palestrantes voltaram no tempo e falaram sobre causas e, especialmente, consequências do Golpe Militar, que se fazem sentir até hoje.

Botazzo, professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), observou que o silenciamento como um dos produtos da ditadura impôs-se como prática política. “A ditadura silencia pessoas, silencia instituições. A Faculdade de Saúde Pública teve um período de silêncio conveniente. Não era só um silêncio da vontade, como se as pessoas quisessem ficar em silêncio”. Para Botazzo, que foi preso pela ditadura e era militante da organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o trabalho das Comissões da Verdade levou a “um desenterramento, uma exumação material de vidas, existências, vivências, sonhos, utopias e vontades políticas”. Segundo ele, só agora a faculdade na qual atua voltou a falar e debater o tema.

Coordenador do núcleo da CVRS do estado de São Paulo, Bottazzo avalia que o dano provocado pela ditadura na universidade não só repercutiu na cassação dos direitos políticos ao alterar trajetórias, como interferiu diretamente na interrupção de pesquisas em curso. “Quando se diz que a pesquisa brasileira sofreu muito não foi apenas porque pesquisadores foram proibidos de pesquisar, mas porque havia um clima de terror instalado nas escolas”. Ele vê também consequências contemporâneas da ditadura na Saúde, no subfinanciamento do SUS, “na parasitação do sistema público e no financiamento público para a atividade privada da saúde”.

Para o professor, o trabalho da Comissão da Verdade, que escava o passado, não só encontra provas documentais, como permite a emergência de fatos “recalcados” e “soterrados”. Ele confessou ser difícil ler relatos como “trabalharam sobre o corpo de alguém durante dias seguidos, até matá-lo”. Outro ponto levantado pelo professor refere-se à reação da ditadura à luta armada. “Parece que a repressão da ditadura teria acontecido em função da luta de grupos armados. Sob a luta armada repousa este ônus. Mas os grupos que golpearam estavam preparados anteriormente. Tinham listas preparadas, quem iria ser cassado. Calaram os sindicatos, prenderam, interditaram, entraram nas universidades, fecharam o Parlamento, limparam as Forças Armadas”, disse, lembrando que o modelo se repetia nas instituições. “Havia listas preparadas pelos próprios colegas. Listas de comunistas, pró-comunistas e simpatizantes. Eles estavam preparados”.

‘ANTICORPOS’

O escritor e jornalista Cid Benjamin, por sua vez, ressaltou a importância da recuperação da memória histórica, para criar “anticorpos” para o país. “Não significa estar olhando para trás, mas olhar para a frente e evitar que essa coisa se repita”, considerou, apontando como positiva a quantidade de artigos, reflexões e palestras promovidos para refletir sobre o Golpe de 64. “Estamos muito atrasados na recuperação dessa memória. As pessoas, sabem que houve ditadura, atrocidades, mas não têm ideia completa da barbárie perpetrada pelo Estado. Era um esquema de repressão selvagem”, disse ele, militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8). “E um país que não conhece o seu passado está condenado a repetir erros”.

FOTOS: VIRGINIA DAMASCENI/ENSP/FIOCRUZ



Botazzo e o silenciamento resultante da ditadura: comissões da Verdade propiciaram exumação de vidas, existências e vontades políticas



Cid Benjamin: “As pessoas sabem que houve atrocidades, mas não têm ideia completa da barbárie perpetrada pelo Estado”

Ceici: crise marcada por características da formação social brasileira deslocou setor da classe dominante que tocava o Estado

Para ampliar a perspectiva de quem não viveu o período, Cid Benjamin comentou que o obscurantismo que tomou conta do Brasil manifestava-se em aspectos corriqueiros. Como exemplo, citou, o regime militar proibiu a apresentação do Ballet Bolshoi que excursionava pela América do Sul, sob o argumento de que a companhia era proveniente da então União Soviética [dissolvida em 1991 dando lugar à Federação Russa].

Ele recordou, ainda, que, na década de 70, o governo censurou a divulgação na imprensa de uma epidemia de meningite, já que isso poderia indicar que as autoridades de saúde pública não estariam trabalhando a contento. Com a falta de divulgação, medidas de prevenção não foram tomadas. Certamente crianças morreram por conta dessa história”.

ASCENSÃO INTERROMPIDA

Ao lado do ex-deputado federal Fernando Gabeira e do ex-ministro das Comunicações Franklin Martins, ambos jornalistas, Cid Benjamin participou, em 1969, do sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, assumido pelo MR-8 e pela Aliança Libertadora Nacional (ALN). Depois de preso e torturado pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), em 1970, foi exilado e ficou dez anos fora do país. O jornalista disse não guardar mágoa de seus torturadores. “Por mim, eles seriam anistiados”, afirmou, para completar: “Eles têm que ser julgados e punidos, por uma questão política. Não tenho problema pessoal. Entendo que o futuro da tortura está ligado ao dos torturadores”, disse, confirmando posição que expressou em seu livro *Gracias a la vida – Memórias de um militante*, lançado no final do ano passado.

Sem ver nada positivo no período que, segundo ele, aprofundou a desigualdade, Cid entende que o golpe militar interrompeu a ascensão de massas trabalhadoras que não implantariam o socialismo, como acreditavam os militares, e iriam, sim, modificar a “cara do país tornando-o mais fraterno e igualitário, mais democrático, com reforma agrária, tributária, política e urbana que estavam na ordem do dia”.

Ele contestou a afirmação de que a luta armada teria levado ao acirramento da ditadura, mas

assumiu aquela opção como errada. “Faria tudo de novo, mas não faria a luta armada. Reconheço que ela foi legítima e tenho orgulho de ter feito parte dessa geração, mas naquele momento e naquelas condições foi uma opção incorreta. Ela não tinha condições de vitória”, considerou, observando ser “uma injustiça com quem não fez a luta armada” valorizar aqueles que pegaram em armas contra o regime. “Conheço vários companheiros que não fizeram por discordância, e eles estavam certos”.

Para ele, a abertura dos arquivos das Forças Armadas é mais importante que a punição dos torturadores. “É algo fundamental para a sociedade virar esta página. Não é razoável que, diante de tudo que está surgindo, o Exército diga que não tem nada a declarar, mesmo diante das revelações de que o atentado no Riocentro [em 1º de maio de 1981] não foi um atentado de esquerda”, apontou. “Quero ter Forças Armadas para servir à sociedade. A operação da tropa é com os militares, mas a formação destes é com a sociedade”.

Ceici Kameyama, engenheiro aposentado da Assembleia Legislativa de São Paulo, lembrou da intensa movimentação dos trabalhadores para lutar por reajuste salarial, no período que antecedeu o Golpe. “A inflação estava em 80% ao ano o que mobilizou os movimentos sindicais”. Em São Paulo, apontou, uma greve no final de 1963 teve adesão de 700 mil trabalhadores, envolvendo 14 categorias de mais de 70 sindicatos. Esse ambiente contaminou também as Forças Armadas provocando várias revoltas como a Revolta dos Sargentos, em Brasília, no mesmo ano, e a Rebelião dos Marinheiros, no Rio de Janeiro, no ano seguinte. “Era um cenário que colocava em risco e atingia as Forças Armadas, uma das forças do capital”, considerou.

Ceici, que militou na organização Polop, voltada para a luta operária, lembrou também o fato inédito de a crise ter sido alimentada pelo capitalismo brasileiro, enquanto crises anteriores teriam relação com conjunturas mundiais. “Foi uma crise marcada por características específicas da formação social brasileira. O Golpe envolveu o deslocamento de um setor da classe dominante que estava tocando o Estado brasileiro”, analisou.

SAIBA MAIS

Livro

Gracias a la vida – Memórias de um militante
Cid Benjamin. Rio de Janeiro, José Olympio, 2013.

Íntegra das palestras

- Carlos Botazzo
<http://youtu.be/xICE-Q3Mg2YA>
- Cid Benjamin
<http://youtu.be/HKi8d5KJ-S00>
- Ceici Kameyama
http://youtu.be/5_b-molsiUo

Olhares de ontem e de hoje

Evento reúne relato de testemunha do Massacre de Manguinhos e análise sobre anos de chumbo e contexto atual



FOTO: FELIPE PLAUJKA

Chico (E): “A história não é para ser negada, é para ser assumida; Jurberg: “A alegação era que aqui havia um antro de comunistas”

Elisa Batalha

“Ouvimos no rádio que vocês foram cassados”. O entomologista José Jurberg estava presente no momento em que um colega trouxe aos pesquisadores da Fiocruz a notícia de que a ditadura militar, em 1970, os perseguia e os impediria de trabalhar. Ele integrava a equipe do laboratório onde Herman Lent, Hugo de Souza Lopes e Sebastião José de Oliveira, três dos dez cassados do Massacre de Manguinhos, desenvolviam suas pesquisas (*Radis* 120). O nome de José Jurberg não figurava na lista de cassações, o que o levou a assumir a responsabilidade pelo setor de Entomologia do Instituto Oswaldo Cruz (IOC). “Eu era o quarto na hierarquia do IOC”, contou, durante o evento *50 anos do golpe civil-militar — Democracia Ciência e Saúde*, realizado no Museu da Vida (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz), em 31 de março, data que desencadeou os 21 anos de ditadura no país. “Em poucos meses, fui transferido do segundo andar do Castelo Mourisco para um velho hospital abandonado, junto com o acervo da coleção Entomológica, de imensa relevância histórica e científica”, acrescentou. “A alegação era que aqui se fazia política, e era um antro de comunistas”.

Sem conter a emoção, o pesquisador relatou passagens do desmantelamento dos laboratórios e da luta para preservar a coleção entomológica. “Havia um forte clima de medo. Fui chamado diversas vezes à sala do presidente da Fiocruz nomeado pelo regime, Rocha Lagoa. Ele perguntava quem falava em política dentro do laboratório, queria saber os nomes”, lembrou Jurberg, hoje, chefe do Laboratório Nacional e Internacional de Referência em Taxonomia de Triatomíneos (família à qual pertence o barbeiro, transmissor da doença de Chagas). O laboratório tem o maior insetário de triatomíneos do mundo.

Por conhecer o ambiente de repressão do período da ditadura, Jurberg sempre se negou a tratar do assunto. Ao contrário daqueles dias, o debate político hoje está presente abertamente na agenda da instituição. O evento no Museu da Vida foi exemplo disso. “O objetivo do evento foi discutir a democracia como valor universal e sua relação com

a ciência, tendo como pano fundo o Golpe de 1964 e seus desdobramentos”, afirmou Diego Bevilacqua, diretor do Museu da Vida. “Pesquisadores brilhantes foram cassados e perseguidos, apenas pelo livre pensar. Estamos aqui hoje porque muitos lutaram”.

Na visão do sociólogo Francisco de Oliveira, da Universidade de São Paulo, também palestrante do evento, o objetivo do golpe foi interromper um processo político que visava à redução da “obscena desigualdade social”. O governo de João Goulart fazia uma inflexão decisiva à esquerda, que, analisou Francisco, apontava para o socialismo, e isso teria gerado a reação conservadora. Conforme lembra, entre 300 mil e 500 mil pessoas participaram da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada por setores conservadores da sociedade, em 19 de março de 1964, em protesto ao governo Goulart, tido como ameaça comunista. “Portanto, é possível dizer que o golpe teve apoio popular”, considerou o sociólogo.

Ele ressaltou ainda a importância de se levar em conta o contexto de conflito Estados Unidos/ União Soviética e que a conjuntura internacional foi determinante para o golpe. Além disso, o Brasil apresentava histórico de autoritarismo. “Houve 20 golpes ou tentativas de golpe de Estado entre 1930 e 1964. Havia um confronto de visões políticas. A história não é para ser negada, é para ser assumida”.

O professor afirmou que o pensamento político de Jango era inspirado no trabalhismo inglês, além de ter sido influenciado pelas ideias de Alberto Pasqualini, “grande formulador do trabalhismo brasileiro”. É falsa, segundo ele, a versão de que Jango seria despreparado para governar. “Era extremamente capacitado. Não se dá um golpe de Estado em cima de um *palhaço*”.

Francisco de Oliveira reiterou à plateia, de profissionais ligados ao Museu da Vida e estudantes, que o golpe representou a interrupção de um projeto que vinha se estabelecendo no país. “É preciso assumir a derrota. Fomos derrotados em 1964. A partir dali, a orientação econômica foi liberal — ao mesmo tempo em que os militares foram os grandes estatizadores”, analisou.

A plateia insistiu em comparar o contexto da ditadura com o atual, no que diz respeito ao uso de força para reprimir as manifestações das ruas. Ao ser questionado se concordava com a afirmação de que “a democracia permite que a gente grite, mas não escuta”, Francisco não fugiu da polêmica e respondeu: “O capital hoje manda mais do que as organizações políticas”. Na raiz das manifestações sociais recentes, apontou, está uma série de insatisfações populares. “O país não resolveu seu problema agrário, e resolveu mal seu problema urbano. Em termos históricos, 20 anos são muito pouco. A democracia obriga os contendores a conviver. O Brasil tem que aprender o que é democracia, e praticá-la”, avaliou. 

Em defesa do parto normal

Eventos sediados no Brasil, em outubro, abordarão os riscos do modelo de atenção excessivamente medicalizado

SAIBA MAIS

Site da 9ª Conferência Internacional – Parto e Trabalho de Parto Normais
<http://normalbirthbrazil.com>

Site de Ecos da Conferência – Normal é Natural: da pesquisa à ação
<http://echoes.normalbirthbrazil.com/scientific-program>

Pesquisa Nascer no Brasil Cadernos de Saúde Pública, volume 30, maio, suplemento 2014
<http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/portal>

Radis 117 - Parto e nascimento com cidadania
<http://www6.ensp.fiocruz.br/radis/revista-radis/117/reportagens/parto-e-nascimento-com-cidadania>

Cuidados imediatos com o recém-nascido e as implicações do pós-parto estão entre os temas a serem tratados no evento

Liseane Morosini

Dois encontros no Rio de Janeiro vão mostrar os avanços na ciência sobre as evidências favoráveis à realização do parto por via natural e menos medicalizado. De 10 a 13 de outubro, será realizada, em Búzios, a 9ª Conferência Internacional – Parto e Trabalho de Parto Normais, dirigida a acadêmicos, pesquisadores e legisladores que trabalham na área de serviços de maternidades. Aberto a cerca de 200 pessoas, o evento terá caráter científico, buscando disseminar pesquisas e enfatizar a melhoria de práticas clínicas, educação, administração, supervisão e desenvolvimento de políticas.

Como desdobramento da conferência, o Rio sediará, em seguida, entre os dias 14 e 16, o encontro Ecos da Conferência – Normal é Natural: da pesquisa à ação, com público ampliado. Os eventos são promovidos pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca(Ensp/Fiocruz), Associação Brasileira de Obstetras e Enfermeiros Obstetras (Abenfo) e Comitê Diretor do evento, formado na University of Central Lancashire, no Reino Unido.

“O Brasil está em movimento contrário ao do restante mundo, onde se vê um esforço para diminuir o número de cesáreas. Seus malefícios, que não eram muito claros, foram descobertos”, alerta a pesquisadora da Ensp/Fiocruz Maria do Carmo Leal, presidente da conferência, que, pela primeira vez, será realizada em um país da América Latina — o evento ocorre regularmente no Reino Unido desde 2002, tendo sido realizado fora do país em 2010, no Canadá, e em 2012, na China.

Maria do Carmo destaca a importância da troca científica, tendo em vista que a fisiologia do parto normal é assunto não muito estudado no país.

Com base na pesquisa Nascer no Brasil, divulgada no final de maio e realizada sob sua coordenação, Maria do Carmo aponta que o índice de cesáreas no país é de 52%. Nos partos financiados pelo SUS, 38,6% foram por cesariana, enquanto na rede privada chegam a 88%. A pesquisa foi publicada no suplemento do volume 30 dos Cadernos de Saúde Pública (Ensp/Fiocruz).

A pesquisadora ressalta que há predomínio de um modelo de atenção medicalizado, que submete a mulher a intervenções desnecessárias. “A cesárea tem todos os prejuízos de uma grande cirurgia, dificulta a amamentação, a recuperação do parto, diminui e retarda o contato da mãe com o bebê e traz o risco de imaturidade do bebê se for marcada sem trabalho de parto”, enumera, apontando que estudos mostram que na gestação seguinte quem fez cesárea pode ter mais complicação e hemorragia. “Uma intervenção como a cesárea, capaz de provocar um dano, não poderia ser permitida, só devendo ocorrer quando realmente necessária”, observa.

Além de informação e mudanças na formação dos futuros profissionais, entre outras medidas para fazer frente ao cenário, Maria do Carmo destaca a importância da enfermeira obstétrica e da obstetrix, profissionais de nível superior que se preparam apenas para fazer o parto. “Elas são mais expectantes do que intervencionistas. Podem atuar dentro de um hospital e, em caso de qualquer complicação, chamar o médico”.

Maria do Carmo aponta, ainda, que as universidades devem passar a ensinar fisiologia do parto e do nascimento. Atualmente, diz, o ensino é voltado para a cirurgia. Outra frente defendida pela pesquisadora é o empoderamento das mulheres que devem saber o que significa a cesárea, para que possam batalhar por um parto vaginal.

A conferência e seus ecos, em outubro, vão enfatizar o entendimento do parto e do nascimento como eventos que, em geral, transcorrem sem anormalidades, devendo ser cuidados sem a excessiva medicalização — característica do modelo de atenção obstétrica vigente no Brasil. Entre os temas a serem tratados estão a formação obstétrica no Brasil; segurança na assistência ao parto; cuidados imediatos ao recém-nascido; pós-parto e suas implicações; tecnologias não invasivas; parto domiciliar e planejado.

Entre os palestrantes destaca-se a presença de Michel Odent, médico obstetra francês que preconiza a humanização do parto e vai falar sobre *O futuro dos seres humanos* a partir da maneira como nascemos.



FOTO: RADILSON GOMES

Ciência para INCLUSÃO SOCIAL

Pesquisadores defendem diversidade e engajamento político à luz das evidências científicas

Elisa Batalha

Como incluir no debate sobre a ciência um número maior de pessoas, sem perder o rigor? Na era das mídias sociais, como lidar com públicos diversos e comentários de internautas, muitas vezes agressivos, em blogs sobre temas científicos? Como comunicar de forma eficaz os riscos das mudanças climáticas? Como moradores de rua podem aproveitar as visitas ao planetário?

Cientistas e jornalistas que lidam com a comunicação da ciência, profissionais curiosos e inquisidores por natureza, fizeram e buscaram responder essas e muitas outras perguntas durante os quatro dias da 13ª Conferência Internacional da Comunicação Pública da Ciência (PCST 2014, na sigla em inglês). O evento é o grande encontro bianual da rede internacional de mesmo nome, que acontece há 25 anos e reuniu pela primeira vez na América Latina, em Salvador (BA), a comunidade acadêmica da divulgação científica em torno do tema *Comunicação da ciência para inclusão social e engajamento político*. A organização do congresso teve participação do Museu da Vida (Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz) e da Unicamp, por meio de seu Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/Unicamp).

Um exemplo da estreita relação entre ciência, comunicação e inclusão apresentado no evento foi o da cidade de Medellín, na Colômbia, que há uma

década atrás era uma das regiões mais violentas da América Latina. Na comunidade de Morro de Moravia, viviam 14 mil pessoas assentadas sobre uma montanha de lixo aterrada – um antigo lixão. As habitações ali, por riscos de desabamento e pelo fato de o terreno ser inadequado para moradia, precisaram ser removidas. Claudia Aguirre, diretora e Educação e Conteúdos do Parque Explora, museu de ciências de Medellín, contou como oficinas de ciências para os moradores e agentes comunitários do antigo lixão trabalharam conceitos químicos, geológicos e ambientais que embasavam a real necessidade de sua transferência. “Essas pessoas não têm solucionadas suas necessidades básicas. Elas se interessam por temas científicos, se isso tiver relação com suas vidas diárias. Para conseguir que se sintam incluídas, temos que ter isso em mente”, disse Claudia à plateia de cerca de 400 pessoas, composta de acadêmicos e profissionais da comunicação da ciência de todo o mundo.

SOCIODIVERSIDADE

“No Brasil, a maior parte dos projetos e programas que se destinam a empoderar pessoas excluídas socialmente negligenciam o papel da comunicação pública da ciência e da tecnologia. Esse é um trabalho importante a ser feito”, defendeu Douglas Silva, do Departamento de Divulgação



Científica e Popularização da Ciência, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Ele estima que apenas 15% da população brasileira já tenha interagido com algum produto ou atividade relacionado à comunicação pública da ciência, como museu de ciências, exposições, atividades interativas em ambientes móveis, revistas e outras publicações de divulgação científica. O objetivo, segundo Douglas, é alcançar 100 milhões de pessoas, ou cerca de 50% da população. “É preciso um grande esforço e será necessário atrair um novo perfil de público, o que significa enfrentar as questões ligadas ao baixo capital cultural e às identidades sociais”, declarou.

A importância da sociodiversidade foi tratada em diferentes momentos do congresso. Alfredo Wagner, da Universidade Federal do Amazonas, falou sobre o Museu da Amazônia (Musa) e a engenheira química nigeriana Elizabeth Rasekoala, sobre ciência, gênero e cultura (ver entrevista na pág. 29). “Temos 305 etnias e mais de cem línguas na região amazônica, apesar de apenas um idioma oficial”, observou Alfredo, defendendo que se liguem os conhecimentos científicos aos conhecimentos tradicionais. Para ele, as duas naturezas de conhecimento não se opõem. “É preciso evitar oposições como essa ou como científico versus religioso, tradicional versus digital”, ressaltou. “Temos que romper com o

eurocentrismo. O Norte é uma construção social”. Douglas mencionou, ainda, os povos de terreiro, as quebradeiras de coco e outras comunidades tradicionais como importantes componentes da diversidade sociocultural brasileira.

MÍDIAS SOCIAIS

“Não é o mais forte nem o mais inteligente, o que vai sobreviver é o mais hábil em se adaptar às mudanças”. A citação de Charles Darwin fechou a palestra de Mohammed Yahia, editor do portal da revista *Nature Middle East*, que trata de notícias relacionadas a assuntos científicos no mundo árabe. Sua fala sobre redes sociais era esperada pelos participantes, e ele não fugiu da polêmica. “A mídia social quebra a zona de conforto, o jornalista ou o cientista divulgador está no mesmo nível do seu público. Você, como cientista ou jornalista, tem que estar mais disposto a ler os comentários às suas publicações. É preciso estar pronto para se adaptar, e pode haver comentários úteis para a sua narrativa. Utilize o *feedback* que você tem para construir e melhorar a sua história”, aconselhou. Mohammed contou que, no Oriente Médio, ainda são poucos os cientistas engajados diretamente com seu público, por meio de blogs ou redes sociais, e que alguns temem participar da rede por receio de censura ou implicações políticas.



Mohammed Yahia, editor da *Nature Middle East*: a mídia social quebra a zona de conforto



Ildeu Castro, da UFRJ: ciência acontece em um contexto político, e a divulgação dela também

Na mesma plenária, Dominique Brossard, da Universidade de Wisconsin, Madison, Estados Unidos, relatou que a principal revista online de ciência do país, a *Popular Science*, encerrou recentemente sua sessão de comentários, por decisão editorial que considerou que eles interferiam negativamente na apresentação e compreensão das reportagens e notícias. A pesquisadora apontou tendências de uso das novas ferramentas na comunicação, mostrando que as pessoas buscam cada vez mais informações sobre ciência na web, ao mesmo tempo em que também acessam e interagem de maneira crescente nas redes sociais, e falou da relação entre conteúdo e interatividade em diferentes tipos de plataforma, como blogs, facebook, twitter e até jogos e ambientes virtuais. Na sua visão, cada uma delas pode ser utilizada de maneira inteligente para apresentar e sensibilizar para conteúdos e reflexões sobre a ciência.

Dominique abordou também a importância dos filtros, programas de computador que selecionam e apresentam conteúdos de maneira personalizada, de acordo com o perfil de uso de cada internauta. “Os filtros são algoritmos, e os algoritmos são os novos editores”, disse, em tom de crítica. Para ela, não são muitos os profissionais envolvidos na pesquisa sobre o uso da internet e a recepção da comunicação da ciência. “Precisamos de mais colaboração na pesquisa sobre, por exemplo, os efeitos dos comentários sobre a apreensão dos conteúdos”, ressaltou.

RECEPÇÃO E AUDIÊNCIA

Na plenária *Comunicação da ciência e os públicos*, foi explorado o tema da recepção, do lugar da audiência no processo de comunicação. O sociólogo Yuri Castelfranchi, da Universidade Federal de Minas Gerais politizou o debate, afirmando que é importante abrir as “caixas-pretas” da produção da ciência e que o profissional e as instituições têm que aprender a lidar com a audiência que vive em um contexto social, econômico e político muitas vezes extremamente desfavorável. “Estudar audiência significa estudar agentes e não pacientes”, considerou, reforçando a importância das visões de

mundo tradicionais e a cosmogonia dos povos. Yuri lembrou que as ciências sociais e humanas também são ciência, e têm métodos rigorosos e específicos que merecem ser mais conhecidos.

Ildeu Castro Moreira, professor da UFRJ e ex-diretor do Departamento de Divulgação e Popularização da Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação, propôs “politizar um pouco mais” as discussões da divulgação da ciência. “A ciência acontece em um contexto e a divulgação dela também. A divulgação da ciência tem como propósito qualificar e dar condições para o cidadão poder decidir com mais conhecimento de causa”, explicou ele, que, em 2013, ganhou o prêmio José Reis de comunicação científica. “Não devemos vender uma versão falsificada da ciência, que é uma atividade humana. Todas as ações humanas têm suas dificuldades, e são usadas também para explorar”, comentou em entrevista à *Radis*.

JORNALISMO CIENTÍFICO

O jornalismo deve educar, defendeu Javier Crúz Mena, da Universidad Autónoma de Mexico, em palestra sobre comunicação do risco sobre mudanças climáticas. “Do meu ponto de vista de jornalista científico, a educação formal precisa voltar à razão lógica. É preciso ensinar às pessoas, para que elas possam entender as consequências lógicas das evidências científicas”. Javier apresentou estudo sobre a cobertura e os enquadramentos dados à Conferência do Clima de 2010 (COP 16), e concluiu que “não dá para o público realmente extrair um sentido e formular uma opinião a partir do que é transmitido pela mídia”. Os jornalistas científicos, em geral, segundo ele, não estão fazendo o seu trabalho, um trabalho pedagógico. “O conceito de risco, embora muito importante, é raramente discutido”, afirmou. Entre as alternativas para melhorar a qualidade da comunicação da ciência é que a ciência, por si mesmo, se torne mais autoexplicativa, facilitando a tomada de decisões, e que os profissionais da comunicação melhorem a qualidade dos seus conteúdos. “Os bons jornalistas perguntam sempre por quê”, lembrou.



Projeto apresenta conceitos científicos nos idiomas das populações nativas do México

Ciência em línguas indígenas

Mixteco, nahuatl, hñá-hñu, zapoteco, yucataní maya. Essas são algumas das línguas nativas das comunidades indígenas da Região de Baja California, no México. Ao lado de outras 60 famílias de línguas e 364 variantes linguísticas, (idiomas e dialetos), são faladas no continente há mais de 500 anos, muito antes de o colonizador espanhol chegar às Américas. Em respeito a essa diversidade, o projeto Ciência Pumita, da Universidad Nacional Autónoma de México, Campus Ensenada, publica livros sobre nanotecnologia para crianças nas línguas originais das comunidades.

Além de fornecer conhecimentos básicos sobre o tema, o projeto tem como objetivo do projeto, ajudar a preservar e revitalizar os idiomas, pela incorporação de termos científicos às línguas que permitam a comunicação, compreensão e contribuição em temas contemporâneos de ciência. “O México é um país culturalmente muito diverso. Muitos povos indígenas vivem na pobreza e não conseguem alcançar melhores condições econômicas e sociais”, observou o representante do projeto no PCST, Noboru Takeuchi. “A luta contra a marginalização dos povos e comunidades indígenas deve ser uma das ações políticas mais relevantes para o desenvolvimento do país. Acreditamos que a ciência e a tecnologia são ferramentas necessárias para alcançar o progresso

em diferentes países e também entre diferentes povos e comunidades”, disse.

O pesquisador explicou que a nanotecnologia lida com as propriedades dos materiais, quando estão em nanopartículas (muito pequena escala, entre 1 a 100 nanômetros – cada nanômetro equivale a 10 elevado a menos 9 do metro). Essas propriedades têm muitas aplicações, inclusive em novos medicamentos e tratamentos de doenças. Para traduzir esse conhecimento às comunidades indígenas, um grupo multidisciplinar de mais de 50 profissionais está envolvido na produção de material de divulgação, entre eles, os livros infantis. “Há físicos, químicos, biólogos, geólogos, mas também designers, ilustradores, profissionais das ciências da computação, linguistas, sociólogos, historiadores educadores das comunidades indígenas e pessoas que dominam as linguagens nativas do país nas suas formas faladas e escritas”, listou.

Para alcançar aqueles que falam, mas não leem ou escrevem nas línguas nativas, estão disponíveis ainda CDs de áudio com os textos dos livros falados, programas de rádio e “cápsulas” de rádio (áudios curtos). As próximas línguas com trabalho em andamento são maya chontal, purépecha, maya totzil e maya tzeltal, desta vez, sobre energias limpas.

SAIBA MAIS

Cobertura colaborativa da 13ª PCST em blog
softwarelivre.org/pcstbr/blog

Museu da Amazônia
www.museudaamazonia.org.br

Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor/Unicamp)
www.labjor.unicamp.br

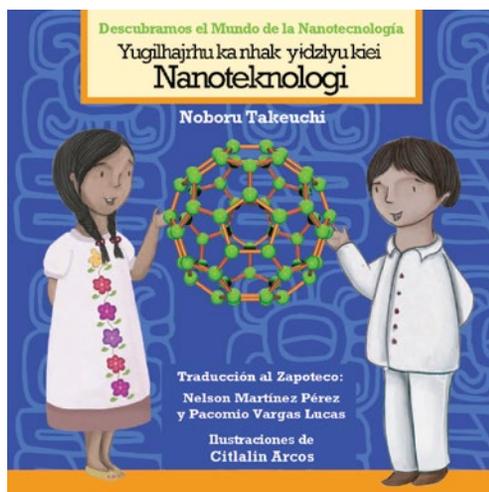
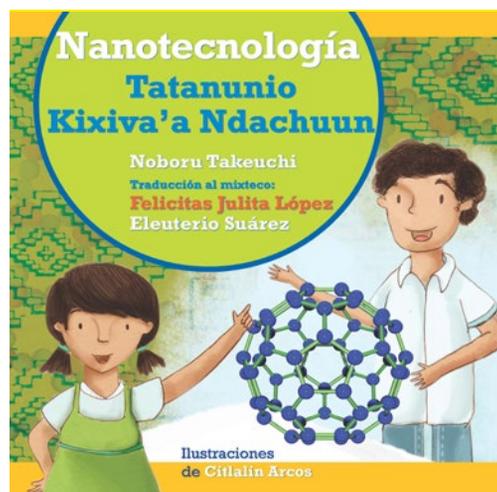
Museu da Vida (Casa de Osvaldo Cruz/Fiocruz)
www.museudavida.fiocruz.br

Parque Explora – Medellín, Colômbia
www.parqueexplora.org
 (em espanhol)

Ciência Pumita
www.mundonano.unam.mx
www.diverticiencia.com

Youtube
 Diverticienciatube
www.youtube.com/user/diverticienciaTube

Facebook Ciencia Pumita
www.facebook.com/ciencia.pumita



Livros sobre nanotecnologia publicados em línguas indígenas: respeito à diversidade

Entrevista / Elizabeth Rasekoala

'Existe interface entre a vida das pessoas e a agenda da ciência'



Elizabeth Rasekoala arriscou algumas palavras em Iyorubá nas ruas de Salvador. “Mas não fui compreendida”, contou a engenheira química nascida na Nigéria. As questões culturais, de linguagem, raça e gênero, implicadas na comunicação da ciência e da saúde, foram o tema da plenária da qual participou no PCST 2014. “Em algumas línguas de populações tradicionais, não existem palavras precisas para partes anatômicas ligadas a sexualidade. Isso cria dificuldades na educação para a contracepção e no combate à aids na África”, observou ela, fundadora e diretora da Rede Afro-Caribenha para a Ciência e Tecnologia (ACSNT) e secretária geral da organização *Leading Women of Africa*. Elizabeth, como se pode ver, não fugiu de temas delicados e conversou com a *Radis* sobre como superar barreiras culturais de gênero e raça na comunicação sobre a ciência e a saúde.

Que relações existem entre questões culturais, estilos de vida e a comunicação da ciência?

É preciso entender que existe uma interface entre a vida social das pessoas, questões culturais e crenças e a agenda da ciência, para que essa comunicação resulte em engajamento das pessoas. Garantir que a comunicação sobre a saúde obtenha resultado em termos de inclusão social é um dos desafios que os países em desenvolvimento enfrentam na comunicação da ciência. Por exemplo, o estilo de vida das mulheres é diferente do dos homens, do das crianças, e o dos adultos é diferente do dos idosos. E as diferentes culturas afetam os estilos de vida. É importante encarar esses fatores. Em assuntos ligados à saúde sexual, alguns dos desafios incluem a linguagem, como mencionei em minha palestra. Alguns idiomas e dialetos locais, na África, não possuem palavras para partes anatômicas ligadas à sexualidade e reprodução. Isso torna a comunicação bem difícil, atrapalha comunicar de maneira precisa (risos), e perpassa o combate à epidemia de HIV/aids. É preciso ser inovador e criativo e encontrar maneiras de estender o vocabulário das línguas locais para abordar de maneira mais direta e eficaz os temas particularmente sensíveis. Saúde mental, saúde sexual, mortalidade materna e infantil, contracepção e vacinação são cargas pesadas, culturalmente sensíveis, afetados por crenças religiosas e questões de gênero.

Como esses temas podem ser abordados?

São três níveis. O primeiro nível é o da imagem. A minha imagem, por exemplo, é radical e até perturbadora, porque não é normatizada. A imagem de um engenheiro químico ou cientista é

geralmente a de um homem branco, grisalho, de jaleco, com um aspecto meio enlouquecido (risos). É importante mostrar aos jovens, especialmente em um país como o Brasil, com a sua diversidade racial, que alguém que é engenheiro químico se parece comigo! O segundo nível é o da narrativa. Precisamos chegar ao ponto em que a semelhança se dê também no material didático, de comunicação e de produção científica. Não temos tantas mulheres na ciência, mas temos mulheres. Então, vamos falar das mulheres. Trazê-las para a narrativa... Nesse nível, das narrativas sobre as carreiras científicas e sobre o que os cientistas fazem, é importante trazer a público outros tipos de conhecimento, como o conhecimento tradicional das populações indígenas (...). A terceira dimensão é a do mercado de trabalho. Como é ser uma mulher, negra, ou uma pessoa com deficiência, e ter uma profissão na área científica? Como se dá o equilíbrio entre o trabalho e a vida, e como o ambiente de trabalho no meio científico recebe e apoia as pessoas que não estão tradicionalmente inseridas? Se observarmos a abordagem nesses três níveis, vamos avançar na inclusão social nas carreiras da ciência.

No Brasil, existem programas de ação afirmativa em termos de raça e gênero. O que acha da iniciativa?

Ações afirmativas são, de modo geral, um mecanismo útil, um bom modo de começar a reduzir desigualdades, especialmente em regiões onde essas desigualdades perduraram por longo período de escravidão, de séculos. O Brasil é um país em que houve um longo período de escravidão, de séculos. No atual estágio de desenvolvimento em que ele se encontra, as ações afirmativas são um bom início. A situação parece similar à dos Estados Unidos, em termos de saúde, onde há maior propensão a cardiopatias, diabetes, problemas de saúde mental, e índices mais altos de mortalidade materno-infantil entre a população negra. Como mulheres, podemos entender bem a utilidade dessas ações, porque conhecemos a desigualdade. Quando falamos de ações afirmativas de gênero, veja quantos anos de desigualdade precisam ser superados. Suécia, Noruega e Dinamarca, *top countries* em redução de desigualdades de gênero, precisaram de ações afirmativas. Não atingiriam bons índices sem elas. Hoje, esses países não precisam de políticas afirmativas diretas, porque já prepararam o terreno. Não precisa ser para sempre, nem pelos próximos 50 anos, mas é preciso preparar o terreno, nivelar, e esse nivelamento exige ações afirmativas. (E.B.)



Uma agenda para a Saúde

Em ano eleitoral, Movimento da Reforma Sanitária lista prioridades para o setor

Bruno Dominguez

O que quer o Movimento da Reforma Sanitária em ano eleitoral? As respostas estão na carta *Por um SUS para todos os brasileiros!*, assinada por Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Associação Brasileira de Economia em Saúde (Abres), Associação de Membros do Ministério Público em Defesa da Saúde (Ampasa), Associação Paulista de Saúde Pública (APSP), Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa), Associação Brasileira Rede Unida e Sociedade Brasileira de Bioética (SBB).

Em 13 pontos, as entidades apontam caminhos para efetivar um sistema público de saúde com garantia de direitos a todos os brasileiros. As propostas vão de mudanças estruturais, como reforçar o papel do Estado e conter a mercantilização das políticas sociais, a mudanças pontuais, como rever a Lei de Responsabilidade Fiscal. Os temas financiamento, formação profissional, carreira pública, regionalização, gestão e novas tecnologias estão tratados no documento (ver pág. 32).



FOTO: SERGIO EDUARDO OLIVEIRA



FOTO: FELIPE PLAUSSKA

Ana Costa: "Agenda necessária para Brasil mais justo"; Luis Eugenio: "Vamos cobrar dos presidentes compromissos essenciais"

COMPROMISSOS ESSENCIAIS

"A intenção é que a carta pautar o debate sobre saúde no processo eleitoral. A agenda nela contida é o que nós, da Reforma Sanitária, iremos cobrar aos presidentes como compromissos essenciais para efetivar o direito à saúde", diz a presidenta do Cebes, Ana Costa. "Essa formalização ajuda a fomentar o debate com foco no que nos parece fundamental. Uma agenda não só identifica as questões, de fato, relevantes, como inibe a apresentação de ideias desarticuladas ou de puro marketing", acrescenta o presidente da Abrasco, Luis Eugenio Portela.

A carta foi amplamente distribuída no Congresso Nacional no dia da reunião da Comissão Geral do Financiamento da Saúde e está sendo divulgada nos sites e listas de emails das entidades signatárias, informa Luis Eugenio. "Estamos em contato com os responsáveis pela elaboração dos programas de governo, na área da saúde, de cada candidatura e convidaremos os candidatos para um debate". Ana Costa conta que o objetivo agora é dar publicidade ao texto, provocar uma ampla discussão e mobilizar a sociedade, de modo a construir uma nova hegemonia.

CONSENSOS POSSÍVEIS

O documento foi elaborado ao longo de oito reuniões, tendo como base documentos específicos das entidades. "Como uma carta assinada por

múltiplas organizações, é a expressão do consenso possível, já que cada uma tem compromisso com determinada pauta ou postura política. Mas o que realmente interessa nesse processo de construção democrática não são os consensos, e sim a provocação do debate e a mobilização", observa Ana Costa.

Os aspectos mais particulares de cada entidade estão colocados em textos próprios, como a tese política do Cebes para o biênio 2014-2015. "Nossa tese é mais incisiva nos embates conjunturais entre o capital e o direito à saúde. Incorporamos demandas dos movimentos sociais, como legalização da maconha", exemplifica Ana, ressaltando que não houve discordância na construção da carta, mas opção por uma redação mais sucinta e objetiva.

Está em discussão elaborar uma versão mais longa e fundamentada, a partir de fórum com diversas outras entidades que representam os usuários e os trabalhadores do SUS, como as centrais sindicais, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), as federações de trabalhadores da Saúde, as associações de portadores de patologias e as entidades feministas e do movimento negro, entre outras, segundo Luis Eugenio. O Conselho Nacional de Saúde também prepara documento para pautar as propostas dos candidatos.

PREOCUPAÇÃO

Ana Costa se diz "muito preocupada" com a dimensão da saúde no processo eleitoral. "No discurso de sustentabilidade da dupla Eduardo Campos e Marina Silva, não vi sinalização que garantisse a radicalização do direito à saúde ou a retomada de direitos sociais", avalia. O projeto político da candidatura Dilma Rousseff, por sua vez, considera a presidenta do Cebes, não é coerente com os 12 anos de gestão do Partido dos Trabalhadores. "Trata basicamente da ampliação do Mais Médicos e do fortalecimento da atenção básica. Embora a atenção básica seja muito importante, é insuficiente para dar conta do conjunto de necessidades da população".

Sobre o programa de Aécio Neves, Ana Costa opina que é notadamente movido por uma saúde pública para os pobres, com fortalecimento do mercado. "Nesse cenário, nossa intervenção política tem muito sentido. É uma agenda que se revela necessária para termos um Brasil mais igualitário e mais justo".



FOTO: ACERVO RADIS

POR UM SUS PARA TODOS OS BRASILEIROS!

Propostas do Movimento da Reforma Sanitária Brasileira para debate nacional *

O Movimento da Reforma Sanitária Brasileira, integrado por várias entidades que atuam historicamente em defesa da saúde coletiva no Brasil, conclama a sociedade à adesão a propostas que avancem para um Brasil mais igualitário e mais justo para um sistema público de saúde com garantia de direitos a todos os brasileiros.

PROPOSTAS:

1. Construir coletivamente um projeto nacional para o país que promova a inclusão, no âmbito do Estado Democrático e dos Direitos de Cidadania, em sintonia com as demandas da sociedade e que considere a saúde como direito humano fundamental e não como mercadoria, colocando-se em defesa daqueles que mais necessitam da intervenção do Estado para garantir condições de vida dignas.

2. Reforçar o papel do Estado e promover mudanças estruturais nos mecanismos de financiamento, no equilíbrio federativo e na gestão pública, de modo a conter o desfinanciamento e a mercantilização das políticas sociais, com redução dos gastos com pagamento dos juros da dívida pública e adoção de gestão macroeconômica articulada com os objetivos redistributivos e com o combate às desigualdades no acesso a políticas e serviços públicos universais de qualidade.

3. Promover reforma democrática do Sistema Político Brasileiro, com fortalecimento da democracia direta, controle social do processo eleitoral e do financiamento público de campanhas, e utilização plena dos mecanismos de democracia participativa, como plebiscitos e projetos de iniciativa popular, para tomada de decisões sobre políticas sociais.

4. Promover Reforma Tributária que recupere os princípios basilares da justiça fiscal – equidade, capacidade contributiva e progressividade – e que considere a tributação como instrumento de diminuição das desigualdades sociais.

5. Rever a Lei de Responsabilidade Fiscal com relação ao limite da despesa de pessoal com saúde, no intuito de não comprometer os governos estaduais e municipais com a execução das ações e serviços de saúde e possibilitar a efetiva organização do SUS, de caráter público, em todas as cidades brasileiras.

6. Reafirmar o Sistema de Seguridade Social Brasileiro, com a valorização do orçamento da seguridade social, a convocação da Conferência Nacional da Seguridade Social e a criação de fóruns de deliberação conjunta da Previdência, Saúde e Assistência Social.

7. Ampliar os recursos destinados à saúde e aprovar imediatamente o projeto de lei de iniciativa popular que destina 10% da Receita Corrente Bruta à saúde e o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) para o orçamento da Seguridade Social.

8. Extinguir os subsídios diretos e diminuir progressivamente o gasto tributário com o setor privado, revendo o desconto dos gastos com planos de saúde no cálculo do imposto de renda de pessoa física e jurídica, bem como os incentivos fiscais

destinados à indústria farmacêutica e hospitais filantrópicos não voltados ao atendimento público e universal, com a efetivação do ressarcimento ao SUS, toda vez que clientes de planos de saúde forem atendidos na rede pública.

9. Renovar o pacto federativo com responsabilização de gestores federal, estaduais e municipais do SUS na efetivação da regionalização e das redes de atenção à saúde, reforçando a atenção primária resolutive e o diálogo entre usuários, trabalhadores e gestores do SUS, com o objetivo de responder às necessidades da população, organizar e integrar o sistema de saúde, diminuir filas e tempos de espera e garantir a continuidade do cuidado, considerando o rápido processo de envelhecimento da população e o incremento das doenças crônicas.

10. Adotar irrestrito caráter público nos mecanismos de contratação de prestadores de serviços em suas diferentes formas organizacionais de oferta, públicas e privadas, no sentido do fortalecimento da gestão regional e com controle social, na consolidação do controle público do sistema de saúde em todos os seus níveis, superando as já fracassadas terceirizações e outras lógicas privadas gerencialistas que podem comprometer a qualidade da atenção à saúde.

11. Adequar a formação em saúde às necessidades do SUS, à produção de práticas mais cuidadoras e à integralidade nas redes de atenção, respeitando os princípios fundamentais dos modelos de atenção à saúde preconizados para o SUS, e realizar reformas curriculares nos cursos de saúde em todo o País.

12. Implantar carreiras do SUS de base municipal, regional ou estadual, tanto para a gestão de serviços de saúde como para a atenção a saúde, de acordo com as diretrizes nacionais e com os planos plurianuais de saúde.

13. Promover o conhecimento e o desenvolvimento de tecnologias voltadas às necessidades de saúde da população, com promoção de política industrial nacional democrática e inovadora, capaz de reduzir a dependência da importação de medicamentos, equipamentos médicos, kits diagnósticos e insumos e com reforma na lei de patentes que favoreça o acesso universal e igualitário da população às tecnologias adequadas, sem comprometer a sustentabilidade do sistema de saúde, ampliando a possibilidade de compra e produção de medicamentos genéricos a preços mais acessíveis e o acesso da população à assistência farmacêutica.



Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco); Associação Brasileira de Economia em Saúde (Abres); Associação de Membros do Ministério Público em Defesa da Saúde (Ampasa); Associação Paulista de Saúde Pública (APSP); Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes); Instituto de Direito Sanitário Aplicado (Idisa); Associação Brasileira Rede Unida (Rede Unida); Sociedade Brasileira de Bioética (SBB).

* Síntese de propostas apresentadas pelas entidades que compõem o Movimento da Reforma Sanitária. Para detalhamento e aprofundamento das propostas consultar documentos específicos nos endereços eletrônicos das entidades signatárias.



EVENTOS

5ª Conferência Internacional de Psicologia Comunitária



O evento reunirá professores, pesquisadores, estudantes e participantes de movimentos sociais e comunitários, entre outras categorias, para analisar a Psicologia Comunitária, hoje, a partir de seus desafios, limites e fazeres, e buscará criar espaços de reflexão sobre os caminhos percorridos por esse campo, levando em conta as transformações globais, sociais, econômicas, ambientais e políticas, que afetam sua teorização e práxis. Entre as indagações que orientarão os debates estão o objeto, objetivo e método da Psicologia Comunitária, como a globalização e os novos processos sociais, econômicos e ambientais afetam o psicólogo comunitário, o lugar dos movimentos sociais hoje, a relação da Psicologia Comunitária com os problemas ambientais, ecológicos e planetários e a contribuição desse campo para grandes problemas da humanidade, como a extrema pobreza, a manipulação midiática e as guerras.

Data 3 a 6 de setembro

Local Universidade de Fortaleza (Unifor), Fortaleza, Ceará

Informações www.5cipc2014.org

13º Congresso de Medicina Social e Saúde Coletiva



A Associação Latino-Americana de Medicina Social (Alames) comemora seus 30 anos no 13º Congresso de Medicina Social, em novembro, em San Salvador, capital de El Salvador. O evento terá como tema "Saber e poder popular para construir um novo modelo de desenvolvimento, Estado e sociedade", desdobrado nos eixos Transformação do estado, Construção do poder popular para aprofundar a democracia e Modelos de desenvolvimento. O Congresso da Alames constitui-se um importante espaço de debates e trocas sobre a saúde coletiva latino-americana, propondo-se este ano discutir a construção de alternativas para o modelo de desenvolvimento.

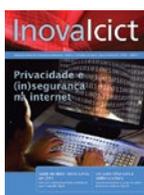
Data 22 a 26 de novembro

Local San Salvador, El Salvador

Informações <http://congreso.alames.org>

PERIÓDICO

Internet



A primeira edição de 2014 da revista **Inova Ict**, publicação institucional do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (Icict/Fiocruz), lançada em abril, traz entrevistas e reportagens que abordam uma diversidade de temas, como privacidade, segurança e insegurança na rede mundial de computadores e o marco civil da internet no Brasil; violência urbana como questão de saúde pública e investigada com ferramentas de georreferenciamento; longevidade e saúde do idoso; acesso aberto ao conhecimento científico e tecnológico e o Repositório Institucional da Fiocruz (Arca); fomento à produção independente de audiovisuais em saúde; e o resgate do contexto político do Brasil na década de 80 por meio das publicações do Programa Radis. A publicação, com distribuição gratuita, busca contribuir para fazer avançar o papel da Fiocruz como agência estratégica de Estado para a saúde. Leia em www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/REVISTA_INOVA_2014_1WEB_SITE.pdf

LIVROS

Igualdade



Relações de gênero, raça, classe e identidade social no Brasil e na França, de Antonia dos Santos Garcia e Afrânio Raul Garcia Jr. (Letra Capital), trata dos debates recentes sobre a pertinência de políticas afirmativas que demonstram que buscar um futuro de igualdade entre cidadãos e cidadãs em estados democráticos supõe compreensão do passado e do presente de desigualdades. A publicação toma como base as discussões travadas no I Seminário Gênero, Raça, Classe e Identidade Social na França e no Brasil, realizado em 2008, e examina, a partir de questões de gênero, raça e classe, o que tem sido pensado sobre os descendentes de africanos e indígenas que vivem em diferentes continentes, bem como o sentido das mobilizações para liquidar com as estigmatizações racistas e sexistas, e contribuir para promover a mobilidade social e aumentar a liberdade de decidir sobre os destinos coletivos. O livro pode ser adquirido nas versões impressa e digital.

História



50 anos desta noite – Memórias de um estudante de medicina em tempos de luta pela legalidade democrática, de Eduardo de Azeredo Costa (Nitpress), relançado em abril, aborda um dramático momento da história republicana brasileira, o período entre a posse do presidente João Goulart — após grande mobilização do povo gaúcho para garanti-la, no que ficou conhecido como a Campanha da Legalidade — e sua queda três anos após, quando se instalou no país a ditadura civil-militar. O livro narra, em primeira pessoa, a trajetória do autor, então, um jovem estudante de Medicina, registrando assim memórias de tempos dramáticos e de alguns capítulos determinantes do Brasil como o conhecemos hoje.

Saúde Pública



Tensiones en las decisiones en Salud Pública en el sistema de salud colombiano: el bien común em confrontación com los intereses y prácticas particulares, organizada por Gloria Molina Marín, Andrés Ramírez Gómez e Adriana María Ruiz Gutiérrez (Pulso & Letra Editores), apresenta os resultados da pesquisa *Decisões na política e a gestão em saúde pública no contexto do sistema geral de Seguridade Social em Saúde da Colômbia*, realizada em seis cidades colombianas. O trabalho buscou compreender os processos de tomada de decisão, a partir da perspectiva de líderes de organizações comunitárias e de profissionais de saúde vinculados a políticas, programas ou projetos nesse campo, em instituições públicas e privadas. 

ENDEREÇOS

Letra Capital

loja@letracapital.com.br
(21) 2215-3781 e 3553-2236
www.letracapital.com.br

Pulso & Letra

pulsoyletraeditores@gmail.com

Nitpress

(21) 2618-2972
nitpress@nitpress.com.br
www.nitpress.com.br

CARTA DE PORTO SEGURO

Entre os dias 6 e 8 de maio de 2014, realizou-se o Seminário de Formação Profissional em Saúde & Ensino da Saúde Coletiva, na cidade de Porto Seguro, Bahia. Nesse evento, ocorreram debates, colóquios, oficinas de trabalho e plenárias buscando construir proposições e consensos sobre o tema.

A expansão do Sistema Único de Saúde no Brasil nos últimos anos aponta fortemente a necessidade de adequar a formação de profissionais ao atendimento das necessidades de saúde da população e às demandas dos serviços públicos, de modo a qualificar o aumento da cobertura da atenção básica e enfrentar os desafios da oferta de uma assistência tecnicamente eficaz, humanamente solidária e eticamente acessível e oportuna.

Evidentemente, o enfrentamento desses desafios exige e implica o fortalecimento das políticas de redução das iniquidades sociais e desigualdades regionais.

Com a intenção de subsidiar a tomada de decisão das várias instâncias da saúde e da educação, da ciência e tecnologia, do trabalho, do Estado e da sociedade civil, os participantes do encontro apresentam as seguintes constatações e diretrizes:

1. Na região de América Latina, vive-se uma janela de oportunidades em termos de diminuição das iniquidades e da pobreza. O exercício da democracia e dos direitos humanos reforçam essa oportunidade. Contudo, a continuidade desse momento não está garantida e vai depender de opções políticas que a sociedade vier a tomar. As diretrizes a seguir se inserem nesse esforço de continuidade, ampliação e consolidação dos avanços alcançados.

2. No ensino profissional, assim como na formação de pós-graduação devem ser priorizadas as áreas e problemáticas estratégicas e emergentes para a sustentabilidade das políticas de redução das iniquidades no Brasil.

3. A formação na saúde em seus vários níveis exige o desenvolvimento de atividades práticas, o que destaca a importância da transformação de todos os serviços de saúde, e os espaços organizados da sociedade civil e de controle social, em espaços permanentes de ensino;

4. Para isso, mecanismos de estímulo devem ser promovidos: incentivos às preceptorias em campo, ponderação favorável das unidades que recebem estágios nas várias estratégias de avaliação em curso (Pmaq — Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica —, por exemplo). Várias dessas estratégias foram implementadas e não tiveram continuidade, o que ressalta a necessidade

de políticas sustentadas ao longo do tempo para obtermos resultados consistentes.

5. As universidades e centros formadores devem realizar esforços de articulação e, para tal, processos de capacitação podem ser promovidos para aproximar as lógicas de funcionamento e os tempos da academia, do serviço e das comunidades, que hoje colocam-se como obstáculos para que essa articulação seja profícua.

6. Mecanismos de estímulo podem ser implementados nesse campo, sendo incluídos e pontuados na avaliação dos programas de graduação e pós-graduação, por exemplo.

7. A interdisciplinaridade deve ser uma estratégia da formação desde a graduação e ela é desafiada pela necessidade de articular conteúdos formativos e informativos, no sentido de manter a sólida formação humanística, ética e técnica e a capacidade de articular vários tipos de conhecimentos e disciplinas frente a problemas concretos da realidade.

8. A interiorização de programas e políticas de expansão da formação profissional em saúde deve ser pautada pelas necessidades de saúde das populações, promovendo a solidariedade entre regiões e a equidade social, com a inclusão social nos cursos de medicina em especial.

9. É imperativo fortalecer políticas de incentivo às mudanças curriculares e de práticas pedagógicas existentes, a exemplo do Pró-Saúde e Pet-Saúde, e promover novas iniciativas e estratégias visando a uma profunda transformação nos modelos formativos no campo da Saúde.

10. O sistema de profissões precisa ser rediscutido, no sentido de promover a multiprofissionalidade e o trabalho interdisciplinar em equipe, ampliando o conjunto de atribuições compartilhadas entre as diversas profissões de saúde. A redefinição da Lei do Ato Médico, após o oportuno veto presidencial, deve ser uma boa oportunidade para orientar essa discussão e as iniciativas políticas. Propõe-se a discussão de processos regulatórios da formação e exercício profissionais.

Os presentes e as instituições representadas nesse seminário reafirmam o incondicional apoio ao SUS como sistema universal e público de saúde e aos princípios da Reforma Sanitária Brasileira. 

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)
Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA)
Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB)



Écos da 9th International Research Conference Normal é Natural, da Pesquisa à Ação

A “Écos da 9^o Conferência – Normal é Natural: da pesquisa à ação”, tem como proposta apresentar as evidências científicas discutidas na Normal Labour and Birth: 9th International Research Conference e, juntamente com profissionais de saúde, gestores, estudantes e usuárias dos serviços de saúde, debater estratégias para implementação de políticas públicas que visem a promoção do trabalho de parto do parto e nascimento normais, e a garantia do protagonismo da mulher na perspectiva de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Não perca! Preços promocionais e descontos para estudantes nas inscrições realizadas até 30 de junho.

Inscrições e maiores informações:

<http://echoes.normalbirthbrazil.com>

Centro de Convenções SulAmérica, Av. Paulo de Frontin, 1 - Rio de Janeiro - RJ



Promoção Realização



Patrocínio



Ministério da Saúde

Governo Federal

Apoio



The 1 Midwives